

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.463, de 19 de outubro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 136.712,62 (cento e trinta e seis mil, setecentos e doze reais e sessenta e dois centavos), para pagamento de indenizações.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMOIDU		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de obras e reformas		
Ficha 1372 – 4.4.90.93.00 – Indenizações e restituições	Fonte 01 C.A: 110.000	R\$ 136.712,62
TOTAL		R\$ 136.712,62

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 136.712,62 (cento e trinta e seis mil, setecentos e doze reais e sessenta e dois centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMOIDU		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de obras e reformas		
Ficha 245 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01 C.A: 110.000	-R\$ 136.712,62
TOTAL ANULAÇÃO		-R\$ 136.712,62

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.464, de 19 de outubro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), para manutenção das atividades da Secretaria de Governo.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1371 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e	Fonte 05 C.A: 140.000	R\$ 55.000,00
TOTAL		R\$ 55.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1330 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 05 C.A: 140.000	-R\$ 55.000,00
TOTAL ANULAÇÃO		-R\$ 55.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.465, de 19 de outubro de 2022.


Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.885.448,34 (um milhão, oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos), destinado a suplementação da folha de pagamento e das dívidas.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02-PODER EXECUTIVO		
02.03.01 – SECRETARIA MUN DE DESEN ECONOM, CULTURA E TURISMO		
23.691.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 150 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 01	R\$ 89.322,03
02.04.01 – SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
04.122.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 150 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 01	R\$ 32.818,97
Ficha 152 – 3.1.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	Fonte 01	R\$ 12.908,52
Ficha 157 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação	Fonte 01	R\$ 17.216,53
02.05.01 – SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0005.2012.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 194 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 01	R\$ 212.325,45
Ficha 198 – 3.1.91.13.00 – Obrigações Patronais – Intra OFSS	Fonte 01	R\$ 28.291,35
Ficha 201 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação	Fonte 01	R\$ 19.775,74
04.123.0005.2012.0000 – Manutenção das Atividades Fazendárias		
Ficha 206 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 50.000,00
28.843.0094.2042.0000 – Gerenciamento da Dívida Pública de Longo Prazo		
Ficha 216 – 3.1.91.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores – Intra OFSS	Fonte 01	R\$ 210.000,00
Ficha 219 – 3.3.91.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores – Intra OFSS	Fonte 01	R\$ 210.000,00
Ficha 220 – 4.4.60.71.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatada	Fonte 01	R\$ 200.000,00
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO – SMOIDU		
15.122.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 225 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 01	R\$ 342.118,72
Ficha 225 – 3.1.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	Fonte 01	R\$ 36.138,64
Ficha 230 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação	Fonte 01	R\$ 32.629,98
02.07.01 – SECRETARIA MUN DE AGRICU PECU ABASTEC MEIO AMBIENTE		
18.122.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 321 – 3.1.90.11.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	Fonte 01	R\$ 12.094,65
Ficha 322 – 3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	Fonte 01	R\$ 22.334,14
02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0002.2003.1130 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 562 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 30.885,98
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE		
12.365.0002.2003.1110 – Obrigações Patronais – Intra OFSS		
Ficha 614 – 3.1.91.13.00 – Obrigações Patronais – Intra OFSS	Fonte 01	R\$ 82.352,19
Ficha 617 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação	Fonte 01	R\$ 146.111,08
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

12.365.0002.2002.1120 – Folha de Pagamento – Magistério

Ficha 642 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Civil

Fonte 01

R\$ 30.587,44

02.09.10 – TRANSPORTE ESCOLAR

12.361.0002.2003.1130 – Folha de Pagamento – Geral

Ficha 723 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação

Fonte 01

R\$ 15.413,45

02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral

Ficha 822 – 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais

Fonte 01

R\$ 19.468,66

02.11.01 – SECRETARIA MUN DE ESPORTES E JUVENTUDE

12.122.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral

Ficha 824 – 3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

Fonte 01

R\$ 11.689,06

Ficha 950 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte 01

R\$ 20.965,76

TOTAL

R\$ 1.885.448,34

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 1.885.448,34 (um milhão, oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.466, de 19 de outubro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais), para manutenção das despesas de diversas Secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas		
Ficha 953 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01 C.A: 110.000	R\$ 10.600,00
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1210 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01 C.A: 110.000	R\$ 8.000,00
Ficha 1212 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01 C.A: 110.000	R\$ 3.000,00
Ficha 1214 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01 C.A: 110.000	R\$ 8.000,00
02.14.00 – SECRETARIA MUN DE MOBIL URBANA E SEG PUBLICA		
15.451.0020.2015.0000 – Manutenção das Atividades de Mobilidade Urbana		
Ficha 1370 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01 C.A: 110.000	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 79.600,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas		
Ficha 1190 – 3.3.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	Fonte 01 C.A: 110.000	-R\$ 10.600,00
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1211 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte 01 C.A: 110.000	-R\$ 4.900,00
Ficha 1213 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 01 C.A: 110.000	-R\$ 14.100,00
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1246 – 3.3.60.45.00 – Subvenções Econômicas	Fonte 01 C.A: 110.000	-R\$ 50.000,00
TOTAL ANULAÇÃO		-R\$ 79.600,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.467, de 19 de outubro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 520.400,00 (quinhentos e vinte mil e quatrocentos reais), para manutenção de diversas secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02-PODER EXECUTIVO		
02.05.01 – SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0005.2012.0000 – Manutenção das Atividades Fazendárias e de Planejamento		
Ficha 206 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 5.000,00
Ficha 211 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	R\$ 15.000,00
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO – SMOIDU		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 245 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01	R\$ 140.000,00
02.08.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2023.0000 – Benefícios Eventuais		
Ficha 475 – 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço Para Distrib. Grat.	Fonte 01	R\$ 80.000,00
02.09.01 – SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO		
12.122.0011.2027.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação		
Ficha 534 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 20.000,00
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental		
12.361.0011.2028.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental		
Ficha 566 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 30.000,00
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 620 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 30.000,00
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 656 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 20.000,00
02.09.09 – EDUCAÇÃO ESPECIAL – AEE		
12.367.0011.2034.0000 – Manutenção da Educação Especial – AEE		
Ficha 703 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 5.000,00
02.09.05 – ENSINO SUPERIOR		
12.364.0012.2032.1161 – Manutenção do Ensino Superior		
Ficha 699 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 10.000,00
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.2035.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde		
Ficha 812 – 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comm	Fonte 01	R\$ 160.000,00
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas		
Ficha 953 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 5.400,00
TOTAL		R\$ 520.400,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com recursos resultantes de anulação de dotação nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminado a seguir:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

I. Anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02-PODER EXECUTIVO

02.09.01 – SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO

12.122.0011.2027.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação

Ficha 531 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte 01

-R\$ 20.000,00

Ficha 535 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni

Fonte 01

-R\$ 40.000,00

02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0011.2028.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental

Ficha 564 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte 01

-R\$ 40.000,00

Ficha 567 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni

Fonte 01

-R\$ 180.000,00

02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE

12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil

Ficha 618 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte 01

-R\$ 30.000,00

Ficha 621 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni

Fonte 01

-R\$ 100.000,00

02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA

12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil

Ficha 654 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte 01

-R\$ 20.000,00

Ficha 657 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni

Fonte 01

-R\$ 80.000,00

02.09.09 – EDUCAÇÃO ESPECIAL – AEE

12.367.0011.2034.0000 – Manutenção da Educação Especial – AEE

Ficha 705 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte 01

-R\$ 5.000,00

02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER

27.812.0021.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas

Ficha 954 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Fonte 01

-R\$ 1.000,00

Ficha 959 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte 01

-R\$ 20.000,00

02.11.04 – DIVISÃO DE JUVENTUDE

14.422.0003.2004.1492 – Manutenção dos Conselhos Municipais

Ficha 996 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte 01

-R\$ 500,00

14.422.0022.2099.0000 – Adiantamentos e Ressarcimentos de Diárias, Viagens,

Ficha 1006 – 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições

Fonte 01

-R\$ 1.000,00

14.422.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas

Ficha 1008 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte 01

-R\$ 900,00

TOTAL

-R\$ 520.400,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.468, de 27 de outubro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 40.945,01 (quarenta mil novecentos e quarenta e cinco reais e um centavo), para manutenção das despesas de diversas Secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.07.01 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		
20.608.0016.2051.0000 – MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		
Ficha 1173 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 02	R\$ 3.868,42
20.608.0096.1001.0000 – EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha 1169 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 02	R\$ 3.076,59
02.09.11 – FUNDEB		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1152 – 3.1.90.96.00 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requerido	Fonte 02	R\$ 34.000,00
TOTAL		R\$ 40.945,01

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 6.945,01 (seis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e um centavo) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.09.11 – FUNDEB		
12.365.0002.2002.1121 – FOLHA DE PAGAMENTO – MAGISTERIO		
Ficha 757 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 02	-R\$ 34.000,00
TOTAL ANULAÇÃO		-R\$ 34.000,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

10.305.0010.2036.0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)		
Ficha 931 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 25.500,00
TOTAL		R\$ 317.510,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com recursos resultantes de anulação de dotação nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminado a seguir:

I. Anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02-PODER EXECUTIVO		
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		
23.695.0018.2010.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS		
Ficha 123 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-R\$ 50.000,00
02.04.02 – FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS		
04.122.0004.2041.0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS - FEB		
Ficha 187 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	-R\$ 2.010,00
02.07.01 – SECRETARIA MUN. DE AGRIC., PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		
20.608.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 357 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 27.000,00
02.09.06 – ENSINO INFANTIL - CRECHE		
12.365.0092.2045.0000 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		
Ficha 629 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 100.000,00
Ficha 632 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 70.000,00
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA		
12.365.0092.2045.0000 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		
Ficha 668 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 43.000,00
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.2035.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE		
Ficha 812 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 01	R\$ 25.500,00
TOTAL		-R\$ 317.510,00

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e aquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

	<div><div>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES</div><div>Estado de São Paulo</div></div>
Art. 19. As prioridades e metas para 2023 são as especificadas no Anexo que integra esta Lei.	
<div><div>CAPÍTULO IV</div><div>DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA</div></div>	
Art. 20. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispo	Art. 20. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispo
Art. 21. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, nisso incluído:	Art. 21. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, nisso incluído:
Art. 22. Na hipótese de superação do limite prudencial referido no art. 22 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras somente ocorrerá nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em caso de necessidade de execução de serviços cuja falta possa acarretar apontamentos, multas ou prejuízos ao Ente, desde que devidamente justificado e autorizado pelo Secretário responsável.	Art. 22. Na hipótese de superação do limite prudencial referido no art. 22 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras somente ocorrerá nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em caso de necessidade de execução de serviços cuja falta possa acarretar apontamentos, multas ou prejuízos ao Ente, desde que devidamente justificado e autorizado pelo Secretário responsável.
<div><div>CAPÍTULO VI</div><div>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</div></div>	
Art. 23. Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art. 19 desta Lei, respeitado o limite total do art. 29-A da Constituição.	Art. 23. Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art. 19 desta Lei, respeitado o limite total do art. 29-A da Constituição.
§ 1.º Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado a realizar o corte do excesso, devendo a Mesa Diretora da Câmara indicar sobre quais despesas deverão incidir os referidos cortes.	§ 1.º Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado a realizar o corte do excesso, devendo a Mesa Diretora da Câmara indicar sobre quais despesas deverão incidir os referidos cortes.
§ 2.º Não elaborado o cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão mensal de 1/12 das dotações consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite constitucional.	§ 2.º Não elaborado o cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão mensal de 1/12 das dotações consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite constitucional.
Art. 24. Até ao final de cada mês a Câmara Municipal recolherá na Tesouraria da Prefeitura o Imposto de Renda Retido na Fonte do mês anterior e ao final do exercício o duodécimo não utilizado.	Art. 24. Até ao final de cada mês a Câmara Municipal recolherá na Tesouraria da Prefeitura o Imposto de Renda Retido na Fonte do mês anterior e ao final do exercício o duodécimo não utilizado.
Art. 25. A Câmara Municipal indicará as emendas legislativas que, nos termos do art. 166, §§ 9º a 18 da Constituição, são de execução obrigatória pelo Executivo, indicando a qual unidade orçamentária, categoria funcional programática e categoria econômica pertencerá cada emenda proposta.	Art. 25. A Câmara Municipal indicará as emendas legislativas que, nos termos do art. 166, §§ 9º a 18 da Constituição, são de execução obrigatória pelo Executivo, indicando a qual unidade orçamentária, categoria funcional programática e categoria econômica pertencerá cada emenda proposta.
§ 1.º Para viabilização do que dispõe o caput deste artigo, o Poder Executivo reservará, no projeto de Lei Orçamentária, 1,2% da receita corrente líquida estimada para o exercício de 2023, cujo montante ficará alocado junto à reserva de contingência, porém, em ação distinta, denominada “Emendas Impositivas”.	§ 1.º Para viabilização do que dispõe o caput deste artigo, o Poder Executivo reservará, no projeto de Lei Orçamentária, 1,2% da receita corrente líquida estimada para o exercício de 2023, cujo montante ficará alocado junto à reserva de contingência, porém, em ação distinta, denominada “Emendas Impositivas”.
§ 2.º Conforme dispõe o §9º do art. 166 da Constituição Federal, a metade do percentual indicado no artigo anterior será destinada a ações e serviços públicos de saúde.	§ 2.º Conforme dispõe o §9º do art. 166 da Constituição Federal, a metade do percentual indicado no artigo anterior será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
§ 3.º Após a propositura de todas as emendas pelos vereadores, o saldo que porventura vier a existir passará a compor a reserva de contingência constante do art. 7º, integrando-se a esta.	§ 3.º Após a propositura de todas as emendas pelos vereadores, o saldo que porventura vier a existir passará a compor a reserva de contingência constante do art. 7º, integrando-se a esta.
Art. 26. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.	Art. 26. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.
Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do recebimento na Prefeitura.	Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do recebimento na Prefeitura.
Art. 27. Caso o projeto de lei orçamentária não seja desenvolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.	Art. 27. Caso o projeto de lei orçamentária não seja desenvolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.
Art. 28. Ficam modificados os programas, metas e ações do Plano Plurianual – PPA 2022/2025, para o exercício de 2023, nos mesmos moldes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.	Art. 28. Ficam modificados os programas, metas e ações do Plano Plurianual – PPA 2022/2025, para o exercício de 2023, nos mesmos moldes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Art. 29. O Poder Executivo procederá as adequações necessárias para efetivar as seguintes alterações aos anexos desta Lei, oriundas de emendas parlamentares (Emendas Impositivas):	Art. 29. O Poder Executivo procederá as adequações necessárias para efetivar as seguintes alterações aos anexos desta Lei, oriundas de emendas parlamentares (Emendas Impositivas):
I – Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art 77-A da Lei Orgânica do Município:	I – Ações de Serviços Públicos de Saúde – mínimo de 50% do total permitido pelo Art 77-A da Lei Orgânica do Município:
02 - Poder Executivo	02 - Poder Executivo
02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde	02.10.02 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro à APAE (EI)	08.244.0095.2046 – Repasse financeiro à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.301.0010.2036 – Financiamento de ações na área da saúde primária (EI)	10.301.0010.2036 – Financiamento de ações na área da saúde primária (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.301.0010.2036 – Financiamento de ações de na área da saúde primária (EI)	10.301.0010.2036 – Financiamento de ações de na área da saúde primária (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.301.0010.1002 – Aquisição de Material Permanente ESF Francisco Xavier Rego (EI)	10.301.0010.1002 – Aquisição de Material Permanente ESF Francisco Xavier Rego (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.301.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)	10.301.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.301.0010.2036 – Financiamento de ações de na área da saúde primária (EI)	10.301.0010.2036 – Financiamento de ações de na área da saúde primária (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.301.0010.1002 – Aquisição de Material Permanente ESF Luís Ernesto Sandi Mori (EI)	10.301.0010.1002 – Aquisição de Material Permanente ESF Luís Ernesto Sandi Mori (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....
10.301.0010.1002 – Aquisição de Material Permanente ESF Getúlio de Carvalho (EI)	10.301.0010.1002 – Aquisição de Material Permanente ESF Getúlio de Carvalho (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.301.0010.2036 – Financiamento de ações na área da saúde primária (EI)	10.301.0010.2036 – Financiamento de ações na área da saúde primária (EI)
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.122.0010.1002 – Secretaria Municipal de Saúde – Aquisição de equipamentos administrativos (EI)	10.122.0010.1002 – Secretaria Municipal de Saúde – Aquisição de equipamentos administrativos (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro à Santa Casa de Misericórdia (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)	10.302.0095.2046 – Repasse financeiro ao Hospital do Amor (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
10.301.0010.1002 – Aquisição de climatizadores para ESF Shiguero Kitayama (EI)	10.301.0010.1002 – Aquisição de climatizadores para ESF Shiguero Kitayama (EI)
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....
10.301.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)	10.301.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....

II - Ações de caráter geral da Administração Pública – 50% do total permitido pelo Art. 77-A da Lei Orgânica do Município:	
02 – Poder Executivo	
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro ao Lar dos Velhinhos (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 40.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro à SACRA (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 15.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Jales – AACAJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 15.538,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais	
13.392.0095.2046 – Repasse financeiro à Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – Escola Livre de Teatro (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 6.000,00
02.03.01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo	
13.392.0013.2038 – Aquisição de Material Permanente para a Biblioteca Municipal (EI)	
4.4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente.....	RS 10.000,00
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 55.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 6.538,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à – AACAJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais	
13.392.0095.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – (Escola Livre de Teatro) (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 5.000,00
02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura	
20.608.0016.2051 – Manutenção de pontes e mata-burros (EI)	
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 15.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 15.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 12.000,00
02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura	
20.608.0016.2051 – Manutenção de pontes e mata-burros (EI)	
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 34.538,00
02.11.02 – Secretaria Municipal de Esportes e Juventude	
27.812.0021-2037 – Aquisição de Material Esportivo (EI)	
3.3.90.30.00 – Material de consumo.....	RS 20.000,00
27.812.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à Associação de Pais e Amigos do Futsal de Jales – APAFUJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais	
13.392.0095.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – Escola Livre de Teatro (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 16.538,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
02.11.02 – Secretaria Municipal de Esporte e Juventude	
27.812.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à Associação de Pais e Amigos do Futsal de Jales – APAFUJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 100.000,00
02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura	
20.608.0016.2051 – Manutenção de pontes e mata-burros (EI)	
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 20.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.538,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à – AACAJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 10.000,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais	
13.392.0013.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – Escola Livre de Teatro (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 20.000,00
02.04.02 – Fundo Especial dos Bombeiros	
04.122.0004.2041 – Repasse financeiro para manutenção em geral (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 30.000,00
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 25.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 31.538,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 25.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 15.000,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais	
13.392.0095.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – (Escola Livre de Teatro) (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 20.000,00
02.01.03 – Conselho Tutelar	
14.243.0004.2007 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (EI)	
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	RS 10.000,00
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 27.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 20.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 20.000,00
02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura.	
20.608.0016.2051 – Manutenção de pontes e mata-burros (EI)	
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 20.538,00
02.11.02 – Secretaria Municipal de Esportes e Juventude	
27.812.0021-2037 – Aquisição de Material Esportivo (EI)	
3.3.90.30.00 – Material de consumo.....	RS 5.000,00
02.03.03 – Divisão de Eventos Culturais	
13.392.0095.2046 – Associação Espaço, Cidadania, Cultura e Arte - ECCART – Escola Livre de Teatro (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 8.000,00
02.09.02 – Ensino Fundamental	
12.361.0011.2028 – E. M. Iracema Pinheiro Candeco – Lola, aquisição de Material Permanente (EI)	
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	RS 12.000,00
02.09.06 – Ensino Infantil – Creche	
12.365.0011.2031 – EMEI Jardim Arapuã – Aquisição de material permanente (EI)	
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	RS 7.000,00
12.365.0011.2031 – EMEI Profª. Diva Maciel Jorge – JACB – Aquisição de material permanente (EI)	
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	RS 7.000,00
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 25.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à SACRA (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 20.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 25.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à AACAJ (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 15.000,00
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio ao Lar dos Velhinhos (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 25.307,60
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro para custeio à APAE (EI)	
3.3.50.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 25.307,60
02.06.01 – Secretaria de Obras	
15.122.0014.2013 – Manutenção de equipamento (EI)	
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 25.307,60
02.07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura	
20.608.0016.2051 – Manutenção de equipamentos (EI)	
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	RS 25.307,60
02.10.02 – Secretaria Municipal de Saúde	
10.305.0096.1001 – Infraestrutura – Construção de garagem e estacionamento SAI – CTA (EI)	
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	RS 25.307,60
02.08.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0095.2046 – Repasse financeiro ao Lar dos Velhinhos (EI)	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.476, de 08 de novembro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 350.809,00 (trezentos e cinquenta mil, oitocentos e nove reais), para manutenção das despesas de diversas Secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO			
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0018.2010.0000 – Manutenção das Atividades Turísticas			
Ficha 128 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 18.109,00	
Ficha 1188 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 95	RS 13.000,00	
Ficha 1220 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 05	RS 9.700,00	
23.695.0018.2010.0000 – Manutenção das Atividades Turísticas			
Ficha 1375 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 05	RS 46.000,00	
02.04.01 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO			
04.122.00004.2011.0000 – Manutenção das Atividades Administrativa			
Ficha 1374 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 05	RS 78.000,00	
02.08.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.2021.1321 – PSE-Proteção Social Especial - Média			
Ficha 1138 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 95	RS 10.000,00	
08.244.0007.2053.0000 – Proteção Social Básica - PSB			
Ficha 1373 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 05	RS 100.000,00	
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0010.2036.0000 – Manutenção das Ações de Saúde (Custeio)			
Ficha 1154 – 3.3.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	Fonte 92	RS 76.000,00	
TOTAL			
		RS 350.809,00	

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – R\$ 250.809,00 (duzentos e cinquenta mil, oitocentos e nove reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO			
02.03.01 – SEC. MUN. DE DESENV. ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO			
23.691.0017.2009.0000 – Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico			
Ficha 1159 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 95	RS 7.000,00	
Ficha 1160 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 95	RS 6.000,00	
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0018.2010.0000 – Manutenção das Atividades Turísticas			
Ficha 1322 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 05	RS 9.700,00	
02.03.03 – DIVISÃO DE EVENTOS CULTURAIS			
13.392.0003.2004.1491 – Manutenção dos Conselhos Municipais			
Ficha 1274 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 200,00	
Ficha 1275 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 200,00	
Ficha 1276 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	RS 500,00	
13.392.0003.2038.0000 – Manutenção das Atividades Culturais			
Ficha 1279 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 2.119,00	
Ficha 1283 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	RS 1990,00	
13.392.0013.2099.0000 – Adiantamento e Ressarcimentos de Diárias, Viagens e Pequenas Despesas de Pronto Pagamento			
Ficha 1291 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 3.400,00	
Ficha 1292 – 3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	Fonte 01	RS 2.700,00	
Ficha 1293 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 4.100,00	
Ficha 1296 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 2.000,00	
Ficha 1298 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01	RS 900,00	
02.08.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.2021.1321 – PSE – Proteção Social Especial - Média			
Ficha 1140 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 95	RS 10.000,00	
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0010.2036.0000 – Manutenção das Ações de Saúde (Custeio)			
Ficha 1151 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 92	RS 76.000,00	
02.13.00 – SECRETARIA MUN. DE GOVERNO			
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais			
Ficha 1330 – 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente	Fonte 05	RS 124.000,00	
TOTAL ANULAÇÃO			
		RS 250.809,00	

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 08 de novembro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.477, de 08 de novembro de 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 234.630,43 (duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta reais e quarenta e três centavos), para manutenção de diversas secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02-PODER EXECUTIVO			
02.03.01 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTOS ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO			
23.691.0017.2009.0000 – Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico			
Ficha 98 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 05	RS 1.300,00	
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0018.2010.0000 – Manutenção das Atividades Turísticas			
Ficha 128 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 6.805,01	
02.07.01 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE			
20.608.0016.2051.0000 – MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA			
Ficha 355 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	RS 45.630,32	
02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL			
12.361.0011.2028.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental			
Ficha 567 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 01	RS 40.000,00	
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE			
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil			
Ficha 620 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 11.895,10	
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0010.2035.0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha 811 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 50.000,00	
10.301.0010.2036.0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE (CUSTEIO)			
Ficha 837 – 3.3.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	Fonte 01	RS 74.000,00	
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER			
27.812.0021.2037.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS			
Ficha 955 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 5.000,00	
TOTAL			
		RS 234.630,43	

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com recursos resultantes de anulação de dotação nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminado a seguir:

I. Anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02-PODER EXECUTIVO			
02.03.01 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTOS ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO			
23.691.0017.2009.0000 – Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico			
Ficha 98 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 05	RS 100,00	
Ficha 103 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 104 – 3.3.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 105 – 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições	Fonte 01	RS 500,00	
Ficha 107 – 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições	Fonte 05	RS 100,00	
Ficha 110 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos Material Permanente	Fonte 05	RS 200,00	
Ficha 111 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 1.700,00	
Ficha 112 – 3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	Fonte 01	RS 498,00	
Ficha 113 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 1.350,00	
23.691.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas			
Ficha 115 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 116 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 117 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 119 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 05	RS 100,00	
Ficha 122 – 4.4.90.93.00 – Indenizações e Restituições	Fonte 05	RS 100,00	
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0018.2010.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS			
Ficha 123 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 125 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 05	RS 100,00	
Ficha 127 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 130 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 05	RS 100,00	
Ficha 131 – 3.3.90.92.00 – Despesa de Exercício Anterior	Fonte 01	RS 241,91	
Ficha 132 – 3.3.90.93.00 – Indenização e Restituição	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 134 – 3.3.90.93.00 – Indenização e Restituição	Fonte 05	RS 100,00	
Ficha 135 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos Material Permanente	Fonte 01	RS 215,10	
Ficha 137 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos Material Permanente	Fonte 05	RS 200,00	
23.695.0018.2099.0000 – ADIANTAMENTOS E RESSARCIMENTOS DE DIÁRIAS, VIAGENS E PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO			
Ficha 138 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 300,00	
Ficha 139 – 3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	Fonte 01	RS 500,00	
Ficha 140 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 500,00	
23.695.0096.1001.0000 – EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS			
Ficha 142 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 143 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 100,00	
Ficha 146 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 05	RS 100,00	
Ficha 149 – 4.4.90.93.00 – Indenização e Restituição	Fonte 05	RS 100,00	
02.07.01 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE			
20.608.0096.2051.0000 – Manutenção do Abastecimento e da Produção Agropecuária			
Ficha 349 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 45.630,32	
02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL			
12.361.0011.2099.0000 – ADIANTAMENTOS E RESSARCIMENTOS DE DIÁRIAS, VIAGENS E PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO			
Ficha 571 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 500,00	
Ficha 572 – 3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	Fonte 01	RS 400,00	
Ficha 573 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 500,00	
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE			
12.365.0011.2031.0000 – MANUTENÇÃO DA ENSINO INFANTIL			
Ficha 621 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 01	RS 40.000,00	
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA			
12.365.0092.2045.0000 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.478, de 09 de novembro de 2022.

Denomina o Palco de Eventos ao ar livre na Praça “Dr. Euphly Jalles”, no Centro.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 4.º Ficam modificados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e as Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 08 de novembro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.478, de 09 de novembro de 2022.

Denomina o Palco de Eventos ao ar livre na Praça “Dr. Euphly Jalles”, no Centro.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º O Palco de Eventos ao ar livre na Praça “Dr. Euphly Jalles”, no Centro, passa a denominar-se “Dr. Jamil Saad”.

Art. 2.º Os custos decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotação própria prevista no orçamento, sendo suplementada, se necessário.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 09 de novembro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.479, de 10 de novembro de 2022.

Institui no Calendário Oficial de Eventos de Jales o “Dia Municipal de Consientização e Prevenção ao Glaucoma”.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito do Município de Jales, o “Dia Municipal de Consientização e Prevenção ao Glaucoma”, a ser celebrado, anualmente, no dia 26 de maio.

Parágrafo único. O dia a que se refere o *caput* deste artigo fica incluído no calendário oficial do Município.

Art. 2.º Na data referida no artigo 1º o Município poderá:

I – debater assuntos relacionados ao glaucoma;

II – promover a troca de experiências e informações sobre o tema entre profissionais, pacientes e sociedade em geral;

III – abrir espaço para os profissionais ligados à área da saúde apresentarem novos estudos e pesquisas sobre o glaucoma.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 10 de novembro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Lei nº 5.480, de 10 de novembro de 2022.

Estabelece a obrigatoriedade da publicação de relatório sobre recursos arrecadados com a Contribuição para a Iluminação Pública (CIP) e dos investimentos realizados, conforme especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica estabelecida a obrigatoriedade da publicação de relatório discriminando os recursos com a Contribuição para a Iluminação Pública (CIP) e dos investimentos realizados.

Parágrafo único. A publicação estabelecida será realizada anualmente, no Diário Oficial do Município e disponibilizada no Portal da Transparência.

Art. 2.º O relatório de que trata esta Lei deverá ser elaborado de forma clara, objetiva, e em linguagem de fácil compreensão, relacionando as seguintes informações relativas ao exercício em referência:

I – O saldo financeiro da Contribuição para a Iluminação Pública (CIP);

II – O valor arrecadado com a Contribuição para a Iluminação Pública (CIP);

III – O valor das despesas pagas, discriminando:

a) a unidade de medição utilizada (KW/h ou MW/h) e o custo unitário tarifado pela concessionária de energia elétrica;

b) o consumo de energia elétrica pela iluminação pública registrado mensalmente e a tarifa correspondente paga à concessionária;

c) o valor pago por serviços de terceiros contratados;

d) o valor pago na aquisição de materiais de consumo;

e) o valor despendido na aquisição de serviços, equipamentos e outros materiais para instalação de novos pontos de iluminação pública;

f) outras despesas não relacionadas anteriormente.

IV - O saldo existente na conta específica da Contribuição para a Iluminação Pública do exercício em referência;

V – A quantidade de pontos de iluminação pública, discriminando:

a) o total de “não equipados” com lâmpadas à base de diodo emissor de luz (LED), inventariados em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência;

b) o total de equipados com lâmpadas à base de diodo emissor de luz (LED), inventariados em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência;

c) o total de “não equipados” com lâmpadas à base de diodo emissor de luz (LED), inventariados em 31 de dezembro do exercício em referência;

d) o total de equipados com lâmpadas à base de diodo emissor de luz (LED), inventariados em 31 de dezembro do exercício em referência.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 10 de novembro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrada e Publicada:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.414, de 20 de setembro de 2022.

Que constitui a Sala Municipal de Situação das Arboviroses.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc.;

Considerando Ofício nº. 403/2022 – SMS, da Secretaria Municipal de Saúde, de 15 de setembro de 2022, protocolado sob o nº 16137/2022, de 15/09/2022, solicitando a nomeação dos membros da Sala Municipal de Situação das Arboviroses.

DECRETO:

Art. 1.º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a SALA MUNICIPAL DE SITUAÇÃO DAS ARBOVIROSES:

1- Representantes da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Titular: MANOEL ANDREO DE ARO
Suplente: FRANCISCO TEODORO DA SILVA

2- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente
Titular: SANDRA DE LIMA GIGNTE

3- Representante da Municipal de Desenvolvimento Social
Titular: PÉROLA MARIA FONSECA CARDOSO

4- Representante da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
Titular: ADEMIR MASCHIO

5- Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: MARYNILDA DE LOURDES CAVENAGHI NACCA

6- Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: NILVA GOMES RODRIGUES DE SOUZA

6-Representante da Coordenação da Unidade de Saúde
Titular: ANA PAULA BRITTO DA SILVA ROTUNE

7- Representantes da Procuradoria Jurídica
Titular: BENEDITO DIAS DA SILVA FILHO

8- Representantes da Secretaria Municipal de Comunicação
Titular: DOUGLAS EDUARDO CRUZ ZILIO

9- Representantes da Vigilância Sanitária
Titular: ROZELI DONDA DA SILVA

10- Representantes da Vigilância Epidemiológica
Titular: ELAINE CRISTINA LOPES BOTARO
Suplente: ALESSANDRA VEDRONI MENOSSE

11-Representantes da Equipe de Combate às Endemias
Titular: VANESSA LUZIA DA SILVA TONHOLI

12-Representantes da Unidade de Zoonoses
Titular: CARLOS EDUARDO GIRALDELI DA SILVA

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 20 de setembro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.427, de 27 de setembro de 2022.

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2022 - Dispõe sobre Princípios, Regras e Instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da Eficiência Pública, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre Princípios, Regras e Instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da Eficiência Pública.

Considerando a necessidade de o Poder Executivo Municipal ter que regulamentar a mencionada Lei Federal no âmbito da Administração Direta e Indireta.

DECRETO:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Jales, o Programa Municipal de Transformação Digital, cuja coordenação compete à Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º O Programa Municipal de Transformação Digital terá as seguintes diretrizes:


I - aproximação entre a gestão municipal e o cidadão, facilitando a vida no município;

II - uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão, principalmente das pessoas mais necessitadas, diminuindo as desigualdades;

III - busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão;

IV - aprimoramento das capacidades internas.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Governo, em parceria com os órgãos e entidades,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

coordenará a apresentação de uma Estratégia de Transformação Digital da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A Estratégia prevista no *caput* deste artigo deverá ser concluída no prazo de 1 (um) ano contado da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO II

DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO I

DAS CAPACIDADES PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Art. 4º A Administração Pública Municipal poderá criar instrumentos para desenvolvimento de capacidades individuais e organizacionais necessárias à transformação digital, com o objetivo de:

I - identificar necessidades para construção de capacidades para transformação digital com servidores municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;

II - criar e avaliar estratégias e conteúdos para o desenvolvimento de competências para a transformação digital entre servidores municipais;

III - desenhar e promover ações de desenvolvimento que ampliem a abertura e capacidade para a transformação digital em servidores e órgãos da Administração Pública Municipal, tais como redes formais e informais;

IV - pesquisar, desenvolver e testar métodos, ferramentas e iniciativas para a colaboração entre servidores municipais e cidadãos no desenho de soluções focadas na transformação digital.

SEÇÃO II

DAS PLATAFORMAS DE GOVERNO DIGITAL

Art. 5º As Plataformas de Governo Digital são ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos municipais, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessários para a oferta digital de serviços e de políticas públicas, devendo possuir pelo menos as seguintes funcionalidades:

I - ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos;

II - ferramenta digital de entrega de análises de dados;

III - painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

§ 1º As Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial, para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

§ 2º As funcionalidades de que trata o *caput* deste artigo deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

§ 3º Os requisitos básicos das funcionalidades tratadas no *caput* deste artigo deverão ser definidos por meio de orientações técnicas aprovadas pelo Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos.

§ 4º Em atendimento ao disposto no inciso I deste artigo, deverá ser promovida a gradual unificação dos canais de atendimento, com o objetivo de centralizar a disponibilização de informações e fortalecer o relacionamento com o cidadão.

SEÇÃO III

DA PRESTAÇÃO DIGITAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 6º Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas respectivas competências:

I - manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse público, especialmente as referentes à Carta de Serviços ao Cidadão;

II - monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;

III - integrar os serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica e de meios de pagamento digitais, quando aplicáveis;

IV - eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, exigências desnecessárias quanto à apresentação, pelo usuário, de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;

V - eliminar a replicação de registros de dados, sempre que possível;

VI - tornar os dados da prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade interoperáveis para composição dos indicadores do painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos;

VII - aprimorar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital;

VIII - realizar testes e pesquisas com os usuários para subsidiar a oferta de serviços simples, intuitivos, acessíveis e personalizados.

Art. 7º Os órgãos e entidades prestadores de serviços públicos buscarão oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico.

Art. 8º As Plataformas de Governo Digital deverão atender ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como na regulamentação municipal.

SEÇÃO IV

DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 9º São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além daqueles constantes das Leis Federais nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:

I - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;

II - atendimento nos termos da Carta de Serviços ao Cidadão;

III - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;

IV - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas;

V - indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

CAPÍTULO III

DO GOVERNO COMO PLATAFORMA

(Da Interoperabilidade de Dados entre Órgãos Públicos)

Art. 10. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, conforme estabelecido pela nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, deverão gerir suas ferramentas digitais, tendo em consideração:

I - a interoperabilidade de informações e de dados sob sua gestão, respeitadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicação, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;

II - a otimização dos custos de acesso a dados e o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos e entidades;

III - a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 11. Será instituído mecanismo de interoperabilidade de informações e de dados, com a finalidade de:

I - aprimorar a gestão de políticas públicas;

II - aumentar a confiabilidade dos cadastros de cidadãos existentes na administração pública, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes;

III - viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos;

IV - facilitar a integração e o acesso a dados entre os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal;

V - realizar o tratamento de informações das bases de dados a partir do número de inscrição do cidadão no CPF, conforme previsto no Art. 11 da Lei Federal nº 13.444, de 11 de maio de 2017;

VI - promover o desenvolvimento de soluções inovadoras.

Art. 12. Os custos de adaptação dos sistemas e das bases de dados para a implementação de aspectos relacionados à interoperabilidade são de responsabilidade dos órgãos referidos no Art. 10 deste Decreto.

CAPÍTULO IV
DO USO DE DADOS

Art. 13. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal promoverão o uso de dados para a construção e o acompanhamento das políticas públicas, respeitados a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Parágrafo único. Novas bases de dados somente poderão ser criadas quando forem esgotadas as possibilidades de utilização dos Cadastros de Uso Geral ou do Cadastro Base de Pessoas.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O acesso e a conexão para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pela Administração, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços públicos e a redução de custos aos usuários.

Art. 15. A Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal apoiará e estimulará a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, institutos de ciência e tecnologia e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.


Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município de Jales

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.428, de 27 de setembro de 2022.

Institui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales para o quadriênio 2022-2025.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando que a Tecnologia da Informação - TI é atualmente reconhecida pelos gestores públicos como uma ferramenta fundamental para atender às necessidades estratégicas e operacionais, sendo um dos principais alicerces para a modernização da Administração Pública Municipal.

Considerando que o planejamento de TI deve ser alinhado e integrado com o planejamento estratégico da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, tendo como objetivo estabelecer metas e ações nessa área.

Considerando a eminente necessidade de que a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales tenha seus recursos e serviços de Tecnologia da Informação planejados e organizados dentro de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

Considerando o Ofício nº 097/2022 - GA3/WLA, no qual o Secretário Municipal de Governo solicita a emissão de Decreto para instituição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales para o quadriênio 2022-2025.

DECRETO:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o quadriênio 2022-2025, elaborado pela Secretaria Municipal de Governo, conforme Anexo deste Decreto.

Parágrafo único. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Governo através da Divisão de Tecnologia da Informação realizar a regulamentação das políticas e ações voltadas à segurança e padronização das informações de tecnologia da informação.

Art. 2º O PDTI deverá ser revisto a cada 4 (quatro) anos, com o objetivo de suprir, adequar e antecipar as necessidades de tecnologia da informação dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.


Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



Atualmente vivemos em um mundo altamente globalizado, caracterizado por constantes transformações, inundando-se regularmente por novos produtos, serviços e descobertas.

Isto tem feito com que as organizações também da gestão pública se preocupassem cada vez mais em identificar a melhor forma de empregar seus recursos buscando a melhoria na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Isso significa melhorias no ambiente da gestão pública pelo aumento da eficácia organizacional: agilidade nos processos, na estrutura, na comunicação e na eliminação da burocracia.

Na atual “Era da Atualização e Informação”, o uso estratégico da tecnologia da informação e a administração dos recursos de informática podem e devem melhorar o atendimento da população e o desenvolvimento sustentável deste município.

Nesse contexto, a Tecnologia da Informação - TI, que durante muito tempo foi considerada apenas um item de suporte aos processos internos, uma fonte de despesas, sem influência direta nos objetivos e metas da gestão pública, deve ser repensada como um fator crítico para a prestação de serviços públicos, resultando em crescimento da atuação do poder público exercendo assim um forte domínio sobre os interesses da população.

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação foi desenvolvido a partir de levantamento e análise da situação organizacional e tecnológica, realizado em 2022.

O levantamento da situação tecnológica contemplou:

- I. Análise do Parque Computacional;
- II. Análise da Arquitetura de Sistemas;
- III. Análise da Infraestrutura de Redes;
- IV. Identificação dos recursos de hardware, software básico e aplicativos;
- V. Estudo de documentos da área de informática.

Nos últimos anos, a área de informática da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, vem sofrendo vários processos de reorganização, realinhamento tecnológico e de infraestrutura física do parque computacional, para gerar condições para cumprir sua missão e seu plano estratégico.

O mercado tecnológico indica como tendências aplicáveis à atuação dos Órgãos Públicos, no decorrer dos anos, redes com alta velocidade, interoperabilidade de aplicações, maior produtividade no desenvolvimento de sistemas, sistemas de gerência de bancos de dados de grande capacidade de armazenamento, segurança da informação, alto nível de conectividade e interação com novas linhas de atuação através de canais virtuais e governo eletrônico.

Para que as recomendações propostas pelo PDTI sejam viáveis, é de suma importância a disponibilização de um orçamento anual para investimento em Tecnologia da Informação, compatível com as necessidades equiparando-se assim ao mesmo patamar da evolução tecnológica dos demais órgãos estaduais e federais.

O PDTI deverá ser avaliado periodicamente e ajustado para melhor atendimento dos serviços prestados pela área de TI.

Os aspectos táticos e operacionais decorrentes do PDTI serão definidos em etapa posterior, em conjunto com representantes dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

Além de alcançar as metas estabelecidas neste PDTI é válido ressaltar a importância em estreitar o relacionamento da Chefia da Divisão de Tecnologia da Informação com os diversos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

Esta proposta consiste para melhoria do ambiente atual, ao respectivo plano de ação para a implantação do projeto, considerando um horizonte de 05 (cinco) anos, sendo estes no período de 2022 a 2026.

2. OBJETIVO

Apresentar propostas que auxiliem na instauração de um processo de melhoria contínua nos itens de software, hardware, administração da rede, infraestrutura, banco de dados e proteção da informação, apontando soluções para os problemas identificados que estejam limitando o alcance das metas da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, por meio da Chefia da Divisão de Tecnologia da Informação.

O PDTI será o documento norteador para elaboração do planejamento e execução de todas as ações da tecnologia da informação. A fase do planejamento consiste em definir as ações que serão tomadas para atendimento às necessidades levantadas a partir do diagnóstico da situação atual da área de TI da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.1. Missões

“Prover sistematicamente a aplicação de conhecimentos em tecnologia da informação por meio de soluções e serviços, integrado às estratégias da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, contribuindo para a melhoria na prestação de serviços aos cidadãos e ao desenvolvimento da municipalidade”.

“Integração dos serviços e formulação das tendências de tecnologia da informação na gestão do Município de Jales”.

3.2. Negócio

Apoio tecnológico aos projetos municipais, prestação de serviço de suporte técnico, manutenção reativa e proativa, coordenação da gestão e infraestrutura de tecnologia da informação nas unidades de gestão da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

Com vista aos objetivos estratégicos do Município, este Plano Estratégico de Tecnologia da Informação pretende estabelecer linhas coerentes e concisas capazes de nortear a equipe de Tecnologia da Informação para com seus investimentos em infraestrutura, sistemas corporativos e de apoio aos cidadãos.

4. METODOLOGIA APLICADA

4.1. ITIL ISO 20000

O ITIL - Information Technology Infrastructure Library é um modelo de referência para gerenciamento de processos de TI muito no conceito da atualidade.

Essa metodologia foi criada pela Secretaria de Comércio do Governo Inglês a partir de pesquisas realizadas por consultores, especialistas e doutores, para desenvolver as melhores práticas para gestão de TI nas empresas públicas e privadas.

O foco desse modelo é descrever os processos necessários para gerenciar a infraestrutura de TI eficientemente e eficazmente de modo a garantir os níveis de serviço acordados com os clientes internos e externos.

Características do ITIL:

- I. Modelo de referência para processos de TI não proprietário;
- II. Adequado para todas as áreas de atividade;
- III. Independente de tecnologia e fornecedor;
- IV. Baseado nas melhores práticas;
- V. Um modelo de referência para a implementação de processos de TI;
- VI. Checklist testado e aprovado;

5. ORGANOGRAMA ESTRUTURAL

Os membros que compõem a estrutura organizacional da área de TI da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales com as suas respectivas atribuições são:

Secretário Municipal de Governo

- I. Gerir os recursos financeiros ligados ao órgão de TI;
- II. Gerir os contratos firmados entre a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales e empresas terceirizadas com gestão da Secretaria Municipal de Governo na área de TI;
- III. Analisar e homologar normativas propostas pelo Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação;
- IV. Solicitar informações e esclarecimentos sempre que julgar necessário ao Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação;
- V. Deliberar sobre solicitação de contratação e aquisição de serviços, materiais, equipamentos, ferramentas, entre outros dispositivos necessários que forem encaminhados pela Divisão de Tecnologia da Informação.

Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação

- I. Coordenar e operacionalizar a informatização municipal, orientar sobre a tecnologia da informação, atualizar e inovar propondo novas tecnologias, nas questões de hardware, software, segurança de dados em toda sua abrangência;
- II. Assistir e assessorar o Secretário Municipal de Governo no planejamento e controle das atividades de gerenciamento de TI, de monitoramento de todas as redes de informações, gestão do banco de dados e de segurança tecnológica da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales;
- III. Dirigir a conferência e checagem de backup, check-up geral de infraestrutura, dos servidores e links no Paço Municipal;
- IV. Planejar a elaboração de projetos de TI;
- V. Fiscalizar todos os contratos firmados entre a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales e empresas terceirizadas com gestão da Secretaria Municipal de Governo na área de TI, a gestão de suprimentos, sistemas, internet, banco de dados municipais e implantação de novas tecnologias;
- VI. Executar diretamente ou em conjunto com outros níveis hierárquicos outras atividades correlatas que lhe forem determinadas.

Técnicos de Informática

- I. Executar tarefas de operação de computadores, regulando seus mecanismos, acionando dispositivos de comando, observando e controlando seu funcionamento;
- II. Analisar o programa a ser executado, estudando indicações e instalações do sistema;
- III. Regular os mecanismos de controle do computador e equipamentos complementares;
- IV. Selecionar e montar estruturas, necessárias à execução de programas;
- V. Verificar falhas de funcionamento e adotar medidas de correção;
- VI. Realizar as instalações de estrutura física de rede;
- VII. Executar diretamente ou em conjunto com outros níveis hierárquicos outras atividades correlatas que lhe forem determinadas.

Auxiliares de Serviços

- I. Auxiliar o Secretário Municipal de Governo, Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação e Técnico de Informática sempre que for solicitado;
- II. Executar diretamente ou em conjunto com outros níveis hierárquicos outras

FONE/FAX: (17) 3632-6889 - E-mail: jn.folharegional@gmail.com

atividades correlatas que lhe forem determinadas.

Estagiários

O objetivo do programa é proporcionar oportunidade para que estudantes adquiram experiência e qualificação para o mercado de trabalho, bem como, aprimorar seus conhecimentos educacionais.

Objetivos em Gestão de TI

Os objetivos estratégicos da Gestão de Tecnologia da Informação, devidamente alinhados aos objetivos estratégicos da gestão municipal, apresentam-se como tangíveis dentro de um prazo de 04 (quatro) anos, de 2022/2025. Porém, a volatilidade do segmento de TI exige manutenção constante do plano tendo em vista a possibilidade de mudanças de tendências.

- I. Atualizar as condições de trabalho da equipe de TI através da reorganização no quadro de funcionários da Divisão;
- II. Assegurar o ganho de desempenho na conectividade entre unidades remotas internamente na rede local;
- III. Reformulação do CPD, com reestruturação física da sala e modernização de equipamentos de TI;
- IV. Consolidar a infraestrutura de servidores com novas aquisições, readequações e upgrades estruturais;
- V. Promover a segurança lógica da rede através de segmentações físicas, lógicas, controle de acesso à rede lógica e soluções de armazenamento seguro;
- VI. Promover segurança por meio de políticas, planos, documentações e reorganização formal das rotinas de trabalho da Divisão de Tecnologia da Informação;
- VII. Aprimorar processos e sistemas de atendimento a usuários de TI por meio de sistemas de Service Desk e acesso físico;
- VIII. Implantar novos sistemas corporativos para automatizar rotinas de trabalho e reduzir custos operacionais;
- IX. Promover a inclusão digital e social por meio de programas municipais.

6. DIAGNÓSTICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.1. Introdução

Identificar os principais pontos fracos de uma organização é uma tarefa essencial para a melhoria contínua dos ganhos de produtividade. O Diagnóstico de TI endereça esta demanda de autoconhecimento, provendo meios para a tomada futura de decisões que mitiguem os riscos e reduzam os custos relacionados aos eventuais incidentes de TI.

Este plano permitiu uma avaliação do quesito TI para um conjunto pré-definido de ativos de TI da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, observando a aderência destes quanto às melhores práticas de mercado e de fabricantes, além das normas de TI.

6.2. Infraestrutura

As próximas seções deste documento apresentam as disposições físicas e lógicas do ambiente de TI da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, assim como a identificação de deficiências e necessidades de adaptações e reformulações consideradas de grau médio e alto para um ambiente tão dependente de TI.

6.3. Estações de Trabalho e Servidores

O conjunto de estações de trabalho da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales se resumem em hardwares e softwares antigos e defasados. O parque de servidores é composto de unidades com sistemas operacionais próprios para corporação.

6.4. Estruturas de Rede da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales

Estruturas com deficiência de grau de risco Médio/Alto com necessidade de adaptações ou reformulações. O Centro de Processamento de Dados - CPD possui espaço físico, cabeamento e segurança com necessidade de adequações.

6.5. Sistemas Próprios e Terceirizados

Os sistemas utilizados pela Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales terceirizados através de processo licitatório, cuja plataforma possui os seguintes módulos implantados nos servidores locais:

- I. Protocolo (Atendimento);
- II. Recursos Humanos;
- III. Convênios, Compras e Licitações;
- IV. Contabilidade Pública;
- V. Folha de Pagamento;
- VI. Almoxarifado;
- VI. NFe;
- VII. Tributos;
- VIII. Controle de Frota.

Existem também softwares de licenças gratuitas fornecidos pelos governos da União e do Estado de São Paulo.

6.6. Segurança

Atualmente a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales utiliza antivírus versão corporativa nos servidores.

6.7. Backup

Os backups são realizados automaticamente com diversas rotinas e políticas de retenção de dados. São armazenados em servidores de backups locais e externos, possibilitando assim uma maior segurança.

7. PROJETOS

7.1. Infraestrutura Física e Lógica da Rede

Uma infraestrutura física de TI adequada é fundamental para garantir a eficácia e eficiência dos serviços providos por sistemas automatizados, oferecendo condições ideais de segurança e disponibilidade para acomodação de equipamentos de TI. Diante da atual condição em que se encontra, deve ser dada atenção especial à reformulação do CPD para que as ações propostas nesse plano reflitam em mudanças efetivas e práticas.

7.2. Rede Física e Cabeamento

A estrutura de comunicação de uma organização é fundamental para a melhoria de processos administrativos e redução de custos operacionais. A Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales necessita de atualização tecnológica em sua infraestrutura de rede física para assegurar mais estabilidade e escalabilidade na comunicação de dados, além de preparar sua infraestrutura para as novas tecnologias de comunicação emergentes.

Com o crescimento das plataformas de transmissão de dados, crescimento do quadro de agentes públicos e aumento da demanda por serviços eletrônicos, passou-se a exigir um constante aumento, tanto na abrangência, quanto na capacidade da rede atual, mostrando assim, uma deficiência do sistema existente e expando a necessidade de uma nova infraestrutura planejada. Este projeto deverá satisfazer, no mínimo, os seguintes objetivos:

- I. Garantir segurança física dos equipamentos de TI e consequentemente a proteção física contra acesso indevido;
 - II. Garantir o condicionamento adequado dos equipamentos de TI para o provimento de suas funções;
 - III. Prevenir desastres no ambiente de TI causados por fenômenos naturais ou falhas humanas;
 - IV. Estender o espaço disponível para os funcionários dentro da Divisão de Tecnologia da Informação;
 - V. Reformular toda a estrutura de cabeamento de dados vertical e horizontal.
- O CPD e a rede cabeada da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales deverão passar por uma reestruturação levando-se em consideração as seguintes premissas:
- I. Implantar sistema de vídeo monitoramento com câmeras dentro do CPD;
 - II. Implantar sistema de detecção de fumaça e combate a incêndios com monitoramento por software e geração de alertas sonoro, via e-mail e mensagens SMS dentro do CPD;
 - III. A sala deverá dispor de uma porta ante chama e mais segura dentro do CPD;
 - IV. Ampliar e readequar a estrutura de cabeamento horizontal e vertical das estruturas prediais em etapas, porém em um projeto escalar e levando em consideração os gargalos existentes atualmente;
 - V. Radequar toda parte elétrica dentro do CPD.

7.3. Rede Lógica Cabeada

A infraestrutura lógica da rede é parte essencial para a manutenção da disponibilidade, integridade e confidencialidade dos dados. A rede de dados da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales deverá ser reformulada, por meio de um projeto técnico.

7.4. Segurança Física e Lógica

Vivemos em um mundo globalizado, com o espaço geográfico fragmentado, porém fortemente articulado pelas redes, onde a informação, independente do seu formato, é um dos maiores patrimônios de uma organização moderna, sendo vital para quaisquer níveis hierárquicos e dentro de qualquer instituição.

Considerada um ativo importantíssimo para a realização do negócio a informação deve ser protegida e gerenciada. Nos últimos anos as tecnologias de informação e comunicação têm evoluído de forma muito rápida, fazendo com que as organizações tenham maior eficiência e rapidez nas tomadas de decisões, devido a este fato as chances de uma empresa não usar sistemas de informação tornou-se praticamente nula.

Neste contexto a importância de se utilizar mecanismos de segurança é vital para a sobrevivência. Diante da ausência de soluções adequadas de segurança, faz-se necessária a implantação de um conjunto de soluções de segurança que atendam os seguintes objetivos:

- I. Prevenir ataques à rede corporativa com proteção para o acesso de sistemas corporativos publicados para a Internet;
- II. Controlar o fluxo de entrada e saída de tráfego de dados entre as redes remotas dos diversos órgãos, a Internet, e a rede interna do Paço Municipal;

- III. Promover maior desempenho no acesso à Internet, com segurança apropriada e capaz de detectar ataques modernos;
- IV. Aperfeiçoar o uso de conectividade de Internet entre os órgãos apenas para tráfego útil ao desempenho das rotinas de trabalho.

7.5. Firewall de Próxima Geração - NGFW

Quando a rede corporativa é conectada à Internet, garantir a segurança contra intrusos passa a ser de importância vital. O método mais efetivo é utilizar um sistema de firewall entre a rede local e a Internet. O firewall certifica que toda comunicação entre a rede corporativa e a Internet esteja em conformidade com a política de segurança definida pela Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

Para efetivamente prover uma segurança real, o firewall necessita identificar e controlar o fluxo de informações que passa através dele, para que a partir de uma tomada de decisão possa permitir, rejeitar, incitar ou logar as tentativas de comunicação. Um sistema de firewall necessita obter, armazenar, recuperar e manipular informações derivadas de todas as camadas de comunicação e de outras aplicações.

Os Firewalls são responsáveis pela tarefa de cuidar para que o tráfego não desejado ou não autorizado com origem em uma rede “promísua”, como é o caso da Internet, não atinja o segmento de rede privada da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, sem validação e inspeção.

A solução de segurança de perímetro da Internet baseada em firewall deverá ser implantada por meio de um projeto técnico considerando-se as seguintes premissas:

- I. Controlar e segmentar fisicamente o tráfego entre as redes internas, rede DMZ, Internet, Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales e redes locais remotas dos diversos órgãos municipais;
- II. Integrar funcionalidades de NGFW como IPS/IDS, Antispam, Antivírus, Anti-spware e Controle de Conteúdo Web;
- III. Estabelecer tunelamento VPN com outras soluções através do protocolo IPS ou SSL;
- IV. Atuar preferencialmente em modo Ativo/Passivo para assegurar persistência e manutenção da conectividade em situações de falhas;
- V. Garantir a replicação automática das configurações entre os membros do cluster de alta-disponibilidade;
- VI. Permitir o gerenciamento centralizado de todas as camadas, com funcionalidades de NGFW aplicada as regiões de segurança monitoradas.

7.6. Controle de Acesso à Rede

Uma solução de Controle de Acesso à Rede atua na pré e pós-conexão dos ativos na rede corporativa permitindo aos administradores de TI implementar uma condição que garanta que somente os usuários autorizados tenham acesso à devida informação, no local certo e na hora certa.

Os dados ficam protegidos contra acesso indevido, visto que somente pessoas e/ou computadores expressamente autorizados possuem acesso. A solução pode ainda realizar avaliação de vulnerabilidades e retificação assistida, além de isolar computadores e usuários suspeitos. Com isso, para a solução de controle de acesso à rede lógica considerando-se as seguintes premissas:

- I. Prover autenticação, autorização, conformidade e remediação para usuários de dispositivos em rede;
- II. Analisar continuamente as ameaças à rede corporativa oriundas de pessoas e máquinas conectadas;
- III. Manter a capacidade de rastreabilidade e auditorias de todas as conexões na rede;
- IV. Provisionar as aplicações e servidores de forma segura e baseada no perfil de fluxos gerados;
- V. Isolar dispositivos suspeitos e bloquear dispositivos indesejados, garantindo conformidade dos dispositivos conectados à rede;
- VI. Reduzir a superfície de ameaças geradas por dispositivos conectados na internet à rede interna.

7.7. Solução de Cópias de Segurança - Backup

Atualmente os sistemas corporativos requerem soluções de backup cada vez mais velozes, flexíveis e confiáveis, preparadas para atender uma multiplicidade de plataformas.

Essa necessidade de garantir a integridade e a segurança da informação é tão grande que os profissionais de redes não podem contar apenas com simples sistemas de armazenamento, necessitando utilizar recursos mais eficientes como os sistemas de backup corporativo. Este projeto deverá satisfazer, no mínimo, os seguintes objetivos:

- I. Promover a segurança dos dados por meio da disponibilidade de cópias de segurança;
- II. Implantar processos de controle e gerenciamento proativo de cópias de segurança;
- III. Assegurar o retorno de arquivos e sistemas de negócio dentro de prazos e condições aceitáveis;
- IV. Fornecimento de hardware e software adequados para as necessidades emergentes da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales;
- V. Implementar solução de backup em nuvem.

7.8. Servidores, Estações e Armazenamento

O objetivo da atualização é a reestruturação e homogeneização do parque de servidores e estações trabalho através da aquisição destes ativos.

Com isso, a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, contará diretamente com suporte/garantia, que por consequência estarão atrelados aos novos equipamentos.

Essa estratégia diminuirá, e muito, o tempo de reposição de peças e indisponibilidade dos pontos de atendimento à população, e a estratégia de consolidação dos servidores em ambiente virtualizado, onde se origina do particionamento que divide um único servidor físico em múltiplos servidores lógicos. Depois que o servidor físico é dividido, cada servidor lógico pode rodar um sistema operacional e aplicativos de maneira independente, trazendo diretamente os seguintes benefícios:

- I. Aumento de serviço com um número menor de servidores físicos, economizando o custo total de hardware, eletricidade e manutenção;
- II. Menor quantidade de servidores físicos para monitorar;
- III. Menor complexidade da infraestrutura física;
- IV. Permite operar múltiplos sistemas a partir de uma única infraestrutura tecnológica;
- V. Aumentar capacidade de armazenamento através de Storage de Rede assim melhorando a disponibilidade dos dados em ambientes virtualizados;
- VI. Aumentar capacidade de armazenamento do servidor de arquivo devido a demanda do volume de dados.

8. MONITORAMENTO

Monitorar um ambiente de rede é uma das preocupações mais constantes entre empresas e organizações. Dispor de ferramentas que façam esse controle é fundamental para facilitar o trabalho e identificar imediatamente algum tipo de erro providenciando assim uma ação efetiva.

Um dos aspectos destacados nesse tipo de solução é opção por controle através de gráficos e relatórios, além de alertas pelos quais o administrador pode ter a opção de ser avisado se acontecer qualquer instabilidade na rede, proporcionando um acompanhamento em tempo real dos eventos.

A solução de monitoramento deverá considerar as seguintes premissas para desenvolvimento do projeto:

- I. Solução preferencialmente corporativa para provimento de monitoramento básico de ativos de rede via SNMP;
- II. Permitir monitoramento básico para switches, roteadores e servidores, verificando estado do equipamento (ligado/desligado), taxa de transferência das interfaces, throughput do equipamento e processamento;
- III. Capacidade de envio de alertas sonoros, SMS e e-mails quando anomalias forem detectadas;
- IV. Capacidade de geração de gráficos sumarizados e relatórios detalhados com histórico das ocorrências relacionadas a um ativo.

9. PROCESSOS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA

O principal propósito de uma política de segurança é informar aos usuários e equipes as suas obrigações para a proteção da tecnologia e do acesso às informações.

A política deve especificar os mecanismos através dos quais estes requisitos podem ser alcançados. Outro propósito é oferecer um ponto de referência a partir do qual se possa adquirir, configurar e auditar sistemas computacionais e redes, para que sejam adequados aos requisitos propostos.

Portanto, uma tentativa de utilizar um conjunto de ferramentas de segurança na ausência de pelo menos uma política de segurança implícita não faz sentido. Uma política de uso apropriado (Appropriate ou Acceptable - Use Policy - AUP) pode também ser parte de uma política de segurança.

Ela deve expressar o que os usuários devem e não devem fazer em relação aos diversos componentes do sistema, incluindo o tipo de tráfego permitido nas redes. A AUP deve ser tão explícita quanto possível para evitar ambiguidades ou maus entendimentos.

Para que uma política de segurança se torne apropriada e efetiva, ela deve ter a aceitação e o suporte de todos os níveis de empregados dentro da organização.

É especialmente importante que a gerência corporativa suporte de forma completa o processo da política de segurança, caso contrário haverá pouca chance que ela tenha o impacto desejado.

As características de uma boa política de segurança são:

- I. Ela deve ser implementável através de procedimentos de administração, publicação das regras de uso aceitáveis, ou outros métodos apropriados;
- II. Ela deve ser exigida com ferramentas de segurança, onde apropriado, e com sanções onde a prevenção efetiva não seja tecnicamente possível;
- III. Ela deve definir claramente as áreas de responsabilidade para os usuários, administradores e gerentes.

10. PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

A elaboração deste plano envolve todas as atividades necessárias para garantir que todos os processos de negócios críticos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales sejam contemplados numa solução de continuidade, que busca o menor custo operacional possível. Para tanto, deve ser levantada toda a infraestrutura de TI e mapear todas as ameaças que podem determinar uma interrupção de atividades.

Os benefícios de um plano de continuidade se resumem a:

- I. Identificação proativa dos impactos de uma interrupção operacional;
- II. Resposta eficiente às interrupções, minimizando o impacto à organização;
- III. Capacidade de gerenciar os riscos que não podem ser seguros;
- IV. Demonstra uma resposta possível por meio de um processo de testes;

- V. Proteger a marca, a reputação e a imagem da organização;
 - VI. Manter conformidade com suas obrigações legais e regulamentações.
- Um plano de continuidade deve oferecer:
- I. Garantia de continuidade operacional de todos os processos críticos de serviços;
 - II. Mitigação dos riscos de todas as ameaças de interrupção;
 - III. Desenho da topologia de todos os recursos de Disaster Recovery;
 - IV. Previsão dos custos e investimentos para implementação do plano;
 - V. Documentação e treinamento de todos os procedimentos de contingência e continuidade;
 - VI. Recomendação do plano de testes de contingência.

PROJETO/ACÃO	PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO		DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS		CONTÍNUO
	CURTO*	MÉDIO**	LONGO***		
Desenvolvimento e Implementação de Processos e Políticas de Segurança Interna de Informações de TI	X			X	
Aquisição e Implantação de solução de Firewall NGFW	X			X	
Adequações de Segurança Física do CPD		X			
Migração de Softwares Terceirizados para Data Centers em Nuvem - Padrão LGPD		X		X	
Aquisição e Implantação de soluções antivírus		X		X	
Aquisição e Implantação de soluções de backups em nuvem		X		X	
Desenvolvimento e Implantação de Projeto de Rede Cabeada no Paço Municipal		X			
Desenvolvimento e Implantação de Projeto de Interligação de Rede entre os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo			X	X	
Modernização do Parque Tecnológico de Equipamentos de Rede		X		X	
Modernização do Parque Tecnológico de Hardwares das Estações de Trabalho			X	X	
SISTEMAS					
Aquisição e Implantação de Sistemas Operacionais		X		X	
Aquisição e Implantação de Suites de Escritório		X		X	
Capacitação dos Servidores da Divisão de TI		X		X	
					X
					*** 4 anos
					*** 2 anos
					*** 1 ano

11. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES NO PERÍODO DE 2022 A 2025

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS


Para a concretização deste PDTI serão necessários o empenho e o comprometimento da de toda a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales para que, no prazo de 4 anos, possa ser modelo de gestão tecnológica.

É de vital importância um planejamento estratégico nos investimentos em TI da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, coordenado com governança, suprido suas necessidades, buscando assim a renovação de itens críticos e dar subsídios a equipe de TI com cursos especializados e possibilitar o acesso a eventos (Feiras Tecnológicas/WorkShop), trazendo um “network” com outros gestores possibilitando o compartilhamento de novas experiências, resultando em redução de custos para novos projetos, proporcionar ao cidadão maior transparência com informações e novos meios de acesso.

Jales/SP, 27 de setembro de 2022.

ALEX LINO FERREIRA
Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação

WELLINGTON LIMA ASSUNÇÃO
Secretário Municipal de Governo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.428, de 27 de setembro de 2022.

Institui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales para o Quadrênio 2022-2025.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando que a Tecnologia da Informação - TI é atualmente reconhecida pelos gestores públicos como uma ferramenta fundamental para atender às necessidades estratégicas e operacionais, sendo um dos principais alicerces para a modernização da Administração Pública Municipal.

Considerando que o planejamento de TI deve ser alinhado e integrado com o planejamento estratégico da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, tendo como objetivo estabelecer metas e ações nessa área.

Considerando a eminente necessidade de que a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales tenha seus recursos e serviços de Tecnologia da Informação planejados e organizados dentro de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

Considerando o Ofício nº 097/2022 - GAB/WLA, no qual o Secretário Municipal de Governo solicita a emissão de Decreto para instituição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para a Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales para o Quadrênio 2022-2025.

DECRETO:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o Quadrênio 2022-2025, elaborado pela Secretaria Municipal de Governo, conforme Anexo deste Decreto.

Parágrafo único. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Governo através da Divisão de Tecnologia da Informação realizar a regulamentação das políticas e ações voltadas à segurança e padronização das informações de tecnologia da informação.

Art. 2º O PDTI deverá ser revisto a cada 4 (quatro) anos, com o objetivo de suprir, adequar e antecipar as necessidades de tecnologia da informação dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.


Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.429, de 27 de setembro de 2022.

Regulamenta o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal e aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, no âmbito do Poder Executivo Direta e Indireta do Município de Jales e dá outras providências.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais, etc:

Considerando o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal.

Considerando a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

Considerando a necessidade de o Poder Executivo Municipal ter que regulamentar mencionados mecanismos de acesso à informação no âmbito de suas competências.

DECRETO:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre os procedimentos a serem observados para garantir o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime deste Decreto todos os órgãos públicos municipais do Poder Executivo, bem como quaisquer entidades que venham a ser controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 2º Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos municipais, sob a forma de subvenções sociais, contratos de gestão, termos de parceria, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Art. 3º Obedecidos os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que norteiam a Administração Pública, os procedimentos de acesso a informações atenderão às seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - estímulo ao desenvolvimento da cultura da transparência na Administração Pública, visando seu controle pela sociedade.

Parágrafo único. O acesso à informação não se aplica:

I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça;

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Município.

Art. 4º Para os efeitos deste Decreto consideram-se:

I - informação: dados que possam ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações;

III - informação sigilosa: aquela submetida à restrição de acesso público para salvaguarda da segurança da sociedade e do Município;

IV - informação pessoal: aquela relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

V - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VI - veracidade: qualidade da informação autêntica, não modificada por qualquer meio;

VII - clareza: qualidade da informação coletada na fonte, de forma transparente e em linguagem de fácil compreensão;

VIII - transparência ativa: qualidade da informação disponibilizada nos sítios do Município, pela Internet, independentemente de solicitação;

IX - transparência passiva: qualidade da informação solicitada por meio físico, virtual ou por correspondência.

CAPÍTULO II
DO ACESSO A INFORMAÇÕES, DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ACESSO, DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMAI E DAS TRANSPARÊNCIAS ATIVA E PASSIVA

SEÇÃO I
DO ACESSO A INFORMAÇÕES

Art. 5º É dever das entidades subordinadas a este Decreto garantir o direito à informação, mediante os procedimentos previstos nos seus dispositivos e com estrita observância das diretrizes fixadas no artigo 3º.

Art. 6º O fornecimento de informações é gratuito, salvo quando necessária a reprodução de documentos, hipótese em que será cobrado somente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

SEÇÃO II
DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ACESSO

Art. 7º O Município e as entidades mencionadas no Parágrafo único do artigo 1º deste Decreto criarão Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, órgão de fácil acesso e aberto ao público, destinado ao atendimento das informações solicitadas por meio físico ou virtual, cabendo-lhe atender e orientar o público, informar sobre a tramitação de documentos nas unidades e receber e registrar os pedidos de acesso à informação.

§ 1º Para a consecução de suas finalidades, compete ao SIC:

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - o registro do pedido em sistema eletrônico e a entrega do respectivo protocolo;

III - o encaminhamento do pedido à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber;

IV - o indeferimento do pedido de acesso, justificando a recusa.

§ 2º As unidades descentralizadas que não tiverem SIC deverão oferecer serviço de recebimento e registro dos pedidos e, se não detiver a informação, encaminhá-los ao SIC da Administração Direta do Município de Jales, dando ciência ao requerente.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMAI

Art. 8º Fica criada a Comissão Municipal de Acesso à Informação - CMAI com a seguinte representação:

I - um membro da Secretaria Municipal de Comunicação Social;

II - um membro da Secretaria Municipal de Governo;

III - um membro da Secretaria Municipal de Administração;

IV - um membro da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento;

V - um membro da Procuradoria Geral do Município;

VI - um membro da Controladoria Geral do Município;

VII - um membro do Gabinete do Prefeito.

§ 1º A indicação e nomeação dos membros da CMAI é da responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitidas reconduções.

§ 2º O membro da Comissão da Transparência poderá ser desligado da função nos casos de renúncia ou desligamento do órgão que representa.

§ 3º A Presidência da CMAI será indicada pelo Chefe do Poder Executivo dentre os seus membros, com mandato de dois anos, permitidas reconduções.

Art. 9º Compete à CMAI:

I - manter registro dos titulares de cada órgão e entidade do Poder Executivo Municipal, para decisão quanto ao acesso a informações e dados sigilosos ou reservados da respectiva área;

II - requisitar da autoridade que classificar informação como sigilosa, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;

III - rever a classificação de informações sigilosas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto na legislação federal sobre essa classificação;

IV - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;

V - manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão ou recusa de autoridade municipal, quanto ao acesso à informações;

VI - julgar os recursos interpostos.

Art. 10. Ao Presidente da CMAI:

I - presidir os trabalhos da Comissão;

II - aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;

III - dirigir, intermediar as discussões, de forma que todos participem e coordenar os debates, interferindo para esclarecimentos;

IV - designar o membro secretário, para lavratura das atas de reunião;

V - convocar reuniões extraordinárias e as respectivas sessões;

VI - remeter ao Chefe do Poder Executivo a ata com as decisões tomadas pelo colegiado.

§ 1º A CMAI reunir-se-á, sempre que convocada pelo seu Presidente.

§ 2º A CMAI atuará junto à Secretaria Municipal de Comunicação Social.

Art. 11. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexos entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Comunicação Social, em conjunto com a Controladoria Geral do Município desenvolverá atividades para:

I - promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - monitoramento dos prazos e procedimentos de acesso à informação;

IV - definição do formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

SEÇÃO IV
DAS TRANSPARÊNCIAS ATIVA E PASSIVA

Art. 13. É dever dos órgãos e entidades subordinados a este Decreto promover a divulgação, em seu sítio, das seguintes informações:

I - estrutura organizacional, competências, cargos e empregos e seus ocupantes, endereços e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades implementados, com indicação da unidade responsável, metas e resultados;

III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV - execução orçamentária e financeira;

V - licitações realizadas, em andamento, com os respectivos editais e anexos, atos de adjudicação, recursos, além dos contratos firmados e notas de empenho;

VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, auxílios, ajudas de custo, proventos e pensões, bem como quaisquer outras vantagens pecuniárias, de maneira individualizada;

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Parágrafo único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 14. O sítio de Internet da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Jales e o das entidades mencionadas no Parágrafo único do artigo 1º deste Decreto atenderão aos seguintes requisitos mínimos:

I - conter formulário de pedido de acesso à informação;

II - conter ferramenta de pesquisa que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III - possibilitar a gravação em diversos formatos, de modo a facilitar a análise das informações;

IV - divulgar os formatos utilizados para a obtenção da informação;

V - garantir a veracidade das informações disponíveis por acesso;

VI - conter instruções que possibilitem ao requerente comunicar-se, por qualquer meio, com o órgão ou entidade;

VII - possibilitar o acesso às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 15 A transparência passiva consiste no pedido de informações não inseridas na Internet, solicitadas por meio físico, virtual ou por correspondência.

Art. 16. O pedido de acesso é facultado a qualquer pessoa, natural ou jurídica e deverá ser encaminhado ao SIC no formulário existente no sítio da Internet, de acordo com o disposto no inciso I do Art. 14 deste Decreto, ou por qualquer meio legítimo, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação clara e precisa da informação requerida e finalidade;

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente.

Parágrafo único. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos da solicitação de informações de interesse público.

Art. 17. O prazo de resposta ao pedido de informação que não possa ser imediatamente fornecida será de vinte dias úteis a contar da data de solicitação, prorrogável por dez dias úteis, mediante justificativa da qual será dada ciência ao requerente.

Art. 18. Na hipótese de a informação estar disponível em qualquer formato de acesso universal, o SIC orientará o requerente quanto ao local e meio para consultá-lo ou reproduzi-lo, desobrigando-se da obrigação do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente não dispuser de meios para a consulta ou reprodução.

CAPÍTULO III
DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS E PESSOAIS

Art. 19. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O acesso a informações pessoais por terceiros, para a defesa de direitos humanos ou proteção de interesse público e geral, quando autorizado, será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade do pedido e sobre as obrigações do requerente.

Art. 20. Podem ser consideradas sigilosas as informações que:

I - oferecerem risco à vida, à segurança ou à saúde da população;

II - oferecerem risco à estabilidade financeira ou econômica do Município;

III - prejudicarem ou causarem risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico municipal;

IV - oferecerem risco à segurança das instituições e dos dirigentes dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das entidades referidas no Parágrafo único do Art. 1º e seus familiares;

V - comprometerem atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações administrativas, salvo por determinação judicial.

Art. 21. Para a classificação da informação em grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público, utilizando-se o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Município;

II - o prazo máximo da validade da classificação e o seu termo final.

Parágrafo único. Os graus de classificação da informação sigilosa, bem como os respectivos prazos, serão definidos pela CMAI.

Art. 22. As informações pessoais, referentes à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, asseguradas pelo inciso X do Art. 5º da Constituição Federal, terão seu acesso restrito às pessoas às quais se referirem, bem como aos agentes públicos legalmente autorizados.

§ 1º A divulgação das informações referidas no caput deste artigo poderá ser autorizada por consentimento expresso das pessoas a que se referirem, por procuração devidamente autenticada.

§ 2º O consentimento não será exigido nas seguintes hipóteses:

I - prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver incapacitada, e com a finalidade exclusiva de tratamento;

II - realização de estatísticas, pesquisas científicas de interesse público previstas em lei, vedada a identificação pessoal;

III - cumprimento de ordem judicial;

IV - defesa de direitos humanos.

Art. 23. A restrição de acesso a informações pessoais, prevista no Art. 22 não poderá ser invocada:

I - quando prejudicarem a apuração de irregularidades, em que o titular das informações for parte ou interessado;

II - quando as informações pessoais constarem de documentos necessários à recuperação de fatos históricos relevantes, circunstância a ser reconhecida pelo Chefe do Poder Executivo ou pela autoridade máxima das entidades referidas no Parágrafo único do Art. 1º em ato devidamente fundamentado.

Art. 24. O pedido de acesso a informações pessoais pelo próprio titular, exige a comprovação da sua identidade.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS

Art. 25. Caso o SIC indefira o pedido de informação, usando da atribuição que lhe outorga o inciso IV, do § 1º, do Art. 7º deste Decreto, a negativa de acesso deverá ser comunicada ao requerente, no prazo da resposta, contendo os seguintes elementos:

I - razões da negativa e seu fundamento legal;

II - esclarecimentos sobre a possibilidade de o requerente recorrer à CMAI no prazo de dez dias úteis a contar da ciência do indeferimento;

III - no caso de informação sigilosa, esclarecimentos sobre a possibilidade de o requerente pedir sua desclassificação à CMAI no prazo de dez dias úteis a contar da ciência do indeferimento.

Art. 26. Na hipótese de indeferimento do recurso ou do pedido de desclassificação, pela CMAI, poderá o requerente interpor reclamação ao Chefe do Poder Executivo ou à autoridade máxima das entidades referidas no Parágrafo único do Art. 1º deste Decreto no prazo de cinco dias úteis a contar da ciência do indeferimento.

Parágrafo único. A decisão proferida na reclamação será irrecorrível no âmbito administrativo.

CAPÍTULO V
DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 27. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos

para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade;

III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres celebrados com o Poder Executivo do Município de Jales, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável.

§ 1º As informações de que trata o caput serão divulgadas em sítio na Internet da entidade privada e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede.

§ 2º A divulgação em sítio na Internet referida no § 1º poderá ser dispensada, por decisão do responsável pelo órgão ou entidade pública, e mediante expressa justificação, aos que não disponham de meios para realizá-la.

§ 3º As informações de que trata o caput deverão ser publicadas quando da celebração de convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere, serão atualizadas periodicamente e ficarão disponíveis até cento e oitenta dias após a entrega da prestação de contas final.

Art. 28. Os pedidos de informação referentes aos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres previstos no Art. 27 deverão ser apresentados diretamente aos órgãos e entidades responsáveis pelo repasse de recursos.

CAPÍTULO VI
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 29. O agente público será responsabilizado se:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação sob sua guarda ou a que tenha acesso pela natureza de seu cargo, emprego ou função;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação, acessar ou permitir o acesso indevido a informações sigilosas ou pessoais;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal;

VI - ocultar da revisão da autoridade superior competente informação sigilosa, para benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo de terceiros;

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos.

§ 1º Atendido o princípio do devido processo legal, as condutas descritas nos incisos deste artigo ficarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão por até sessenta dias, nos casos dos incisos I, IV e VI;

II - demissão, nos casos dos incisos II, III, V e VII.

§ 2º A penalização referida no § 1º deste artigo não exclui a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, quando cabível.

Art. 30. O requerente do pedido de informações, se delas fizer uso indevido, será responsabilizado na forma da legislação civil e criminal.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Nos casos omissos, aplicar-se-á, subsidiariamente, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 32. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.193, de 18 de dezembro de 2013.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de setembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município de Jales

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADEASON VICTA BARRETO
Secretário Municipal de Administração

[illegible]

VI - A legislação federal aplicada às ME e EPP e resoluções emanadas pela Lei Federal nº 11.598/2007 - REDESIMPLES;

§ 2º Em relação ao MEI, a Sala do Empreendedor deverá estar capacitada a orientar e/ou realizar:

I - Orientação de quem pode ser, como se registrar e se legalizar, as obrigações, custos e periodicidade, qual a documentação exigida, e quais os requisitos que devem atender perante cada órgão e entidade para seu funcionamento;

II - Orientação, e se for o caso encaminhamento, da necessidade de pesquisa prévia ao ato de formalização, para fins de verificar sua condição perante a legislação municipal no que se refere à descrição oficial do endereço de sua atividade e da possibilidade do exercício dessa atividade no local desejado;

III - Orientação e encaminhamento aos parceiros em microcréditos e entidades parceiras da Sala do Empreendedor.

DO PROCESSO DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DO MEI NA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 5º Se o resultado da pesquisa prévia apontar para a possibilidade de o empreendedor se instalar no endereço desejado, a Sala do Empreendedor deverá acessar o Portal do Empreendedor e preencher o formulário eletrônico com os dados requeridos para a inscrição de MEI e transmiti-lo eletronicamente.

§ 1º No caso de haver inconsistência na base de dados da Receita Federal, em relação a algum impedimento na opção de MEI, de acordo com informações do sistema eletrônico, o empreendedor deverá ser orientado quanto ao procedimento que deverá ser seguido para a regularização cabível, conforme segue:

I - Tratando-se de irregularidade no CPF, dirigir-se aos Correios, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil e promover a sua regularização;

II - Tratando-se de impedimento para ser MEI, dirigir-se à Secretaria da Receita Federal do Brasil para obtenção de informações complementares e de orientações quanto ao tratamento em questão.

§ 2º Não havendo irregularidade, a formalização será confirmada no final do processo eletrônico, com o fornecimento, para o MEI, do número de Inscrição no CNPJ, que estará incorporado no Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, os quais serão impressos nesse momento.

§ 3º Havendo manifestação contrária ao exercício das atividades no local do registro, o MEI será notificado e será fixado prazo para a transferência ou adequação da sede da atividade, sob pena de cancelamento do seu CNPJ.

§ 4º A Sala do Empreendedor providenciará cópia do CCMEI para, juntamente com os dados disponibilizados ao Município dar início ao trâmite interno entre os órgãos municipais para a devida Inscrição Municipal e cadastro para emissão de Alvará de Funcionamento e Fiscalização e Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFSe, caso seja prestador de serviços.

Art. 6º Concluído o processo de formalização, a Sala do Empreendedor poderá gerar o documento de arrecadação do mês ou de todos os meses do exercício - DAS-MEI.

Parágrafo único. O MEI será orientado de que o pagamento deverá ser feito na rede bancária e casas lotéricas, até o dia 20 de cada mês.

Art. 7º Concluído o processo de formalização, a Sala do Empreendedor deverá entregar o relatório de receitas brutas e orientar para preenchimento mensal, para entrega da Declaração Anual do MEI.

Art. 8º Concluído o processo de formalização, a Sala do Empreendedor deverá orientar o empreendedor sobre a Inscrição Estadual, caso sua atividade seja comercial e/ou industrial.

CAPÍTULO IV

DO ATENDIMENTO RELATIVO AO PROCESSO DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS, MICRO EMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Art. 9º A Sala do Empreendedor dará as informações necessárias à Inscrição Municipal e Alvará de Funcionamento e Fiscalização.

§ 1º A Sala do Empreendedor fornecerá às Empresas interessadas:

I - Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;

II - Orientação sobre procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento, bem como a situação fiscal e tributária das empresas, desde que as informações estejam publicamente disponíveis para consulta.

§ 2º É vedada aos Atendentes da Sala do Empreendedor induzir o empresário a escolha de escritório de contabilidade ou contador.

CAPÍTULO V

DOS PARCEIROS COM A SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 10. A Sala do Empreendedor, através de convênio e/ou acordo de cooperação técnica poderá apoiar a criação e o funcionamento de linhas de microcréditos operacionalizados através de instituições dedicadas ao microcrédito com atuação no Município e Região.

Art. 11. A Sala do Empreendedor, através de convênio e/ou acordo de cooperação técnica poderá firmar parcerias com Entidades e Instituições no intuito de orientar e implementar ações às ME e EPP.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Aplicam-se as demais normas concernentes aos Alvarás de Licença Provisório e Definitivo previstos na legislação do Município, no resguardo do interesse público.


Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 14 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETO
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.458, de 19 de outubro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.463, de 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 136.712,62 (cento e trinta e seis mil, setecentos e doze reais e sessenta e dois centavos), para pagamento de indenizações.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMOIDU		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de obras e reformas		
Ficha 245 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01 C.A: 110.000	RS 136.712,62
TOTAL		RS 136.712,62

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 136.712,62 (cento e trinta e seis mil, setecentos e doze reais e sessenta e dois centavos) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMOIDU		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de obras e reformas		
Ficha 245 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01 C.A: 110.000	-RS 136.712,62
TOTAL ANULAÇÃO		-RS 136.712,62

Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.


Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.459, de 19 de outubro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.464, de 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), para manutenção das atividades da Secretaria de Governo.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1371 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e	Fonte 05 C.A: 140.000	RS 55.000,00
TOTAL		RS 55.000,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1330 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 05 C.A: 140.000	-RS 55.000,00
TOTAL ANULAÇÃO		-RS 55.000,00

Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.


Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.460, de 19 de outubro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.465, de 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.885.448,34 (um milhão, oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos), destinado a suplementação da folha de pagamento e das dívidas.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02-PODER EXECUTIVO		
02.03.01 – SECRETARIA MUN DE DESEN ECONOM, CULTURA E TURISMO		
23.691.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 87 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 01	RS 89.322,03
02.04.01 – SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO – SMA		
04.122.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 150 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 01	RS 32.818,97
Ficha 152 – 3.1.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	Fonte 01	RS 12.908,52
Ficha 157 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação	Fonte 01	RS 17.216,53
02.05.01 – SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 194 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 01	RS 212.325,45
Ficha 198 – 3.1.91.13.00 – Obrigações Patronais – Intra OFSS	Fonte 01	RS 28.291,35
Ficha 201 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação	Fonte 01	RS 19.775,74
04.123.0005.2012.0000 – Manutenção das Atividades Fazendárias		
Ficha 206 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 50.000,00
28.843.0094.2042.0000 – Gerenciamento da Dívida Pública de Longo Prazo		
Ficha 216 – 3.1.91.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores – Intra OFSS	Fonte 01	RS 210.000,00
Ficha 219 – 3.3.91.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores – Intra OFSS	Fonte 01	RS 210.000,00
Ficha 220 – 4.6.90.71.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatada	Fonte 01	RS 200.000,00
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO – SMOIDU		
15.122.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 223 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 01	RS 342.118,72
Ficha 225 – 3.1.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	Fonte 01	RS 36.138,64
Ficha 230 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação	Fonte 01	RS 32.629,98
02.07.01 – SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO		
18.122.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Magistério		
Ficha 321 – 3.1.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	Fonte 01	RS 12.094,65
Ficha 322 – 3.1.90.16.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	Fonte 01	RS 22.334,14
02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0002.2003.1130 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 562 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 30.885,98
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE		
12.365.0002.2003.1110 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 614 – 3.1.91.13.00 – Obrigações Patronais – Intra OFSS	Fonte 01	RS 82.352,19
Ficha 617 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação	Fonte 01	RS 146.111,08
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA		
12.365.0002.2002.1120 – Folha de Pagamento – Magistério		
Ficha 642 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Civil	Fonte 01	RS 30.587,44
02.09.10 – TRANSPORTE ESCOLAR		
12.361.0002.2003.1130 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 723 – 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação	Fonte 01	RS 15.413,45
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 822 – 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais	Fonte 01	RS 19.468,66
Ficha 824 – 3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	Fonte 01	RS 11.689,06
02.11.01 – SECRETARIA MUN DE ESPORTES E JUVENTUDE		
27.122.0002.2003.0000 – Folha de Pagamento – Geral		
Ficha 950 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte 01	RS 20.965,76
TOTAL		RS 1.885.448,34

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 1.885.448,34 (um milhão, oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.


Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.461, de 19 de outubro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.466, de 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais), para manutenção das despesas de diversas Secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas		
Ficha 953 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01 C.A: 110.000	RS 10.600,00
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1210 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01 C.A: 110.000	RS 8.000,00
Ficha 1212 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01 C.A: 110.000	RS 3.000,00
Ficha 1214 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01 C.A: 110.000	RS 8.000,00
02.14.00 – SECRETARIA MUN DE MOBIL. URBANA E SEG PUBLICA		
15.451.0020.2015.0000 – Manutenção das Atividades de Mobilidade Urbana		
Ficha 1370 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01 C.A: 110.000	RS 50.000,00
TOTAL		RS 79.600,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas		
Ficha 1190 – 3.3.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	Fonte 01 C.A: 110.000	-RS 10.600,00
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1211 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte 01 C.A: 110.000	-RS 4.900,00
Ficha 1213 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 01 C.A: 110.000	-RS 14.100,00
02.13.00 – SECRETARIA MUN DE GOVERNO – SMG		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1246 – 3.3.60.45.00 – Subvenções Econômicas	Fonte 01 C.A: 110.000	-RS 50.000,00
TOTAL ANULAÇÃO		-RS 79.600,00

Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.


Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.462, de 19 de outubro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.467, de 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 520.400,00 (quinhentos e vinte mil e quatrocentos reais), para manutenção de diversas secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02-PODER EXECUTIVO		
02.05.01 – SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		
04.123.0005.2012.0000 – Manutenção das Atividades Fazendárias e de Planejamento		
Ficha 206 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 5.000,00
Ficha 211 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	RS 15.000,00
02.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO – SMOIDU		
15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 245 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 01	RS 140.000,00
02.08.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0007.2023.0000 – Benefícios Eventuais		
Ficha 475 – 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço Para Distrib. Grat.	Fonte 01	RS 80.000,00
02.09.01 – SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO		
12.122.0011.2027.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação		
Ficha 534 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 20.000,00
02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0011.2028.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental		
Ficha 566 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 30.000,00
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 620 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 30.000,00
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 636 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 20.000,00
02.09.09 – EDUCAÇÃO ESPECIAL – AEE		
12.367.0011.2034.0000 – Manutenção da Educação Especial – AEE		
Ficha 703 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 5.000,00
02.09.05 – ENSINO SUPERIOR		
12.364.0012.2032.1161 – Manutenção do Ensino Superior		
Ficha 599 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS 10.000,00
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.2035.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde		
Ficha 812 – 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comm	Fonte 01	RS 160.000,00
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas		
Ficha 953 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	RS 5.400,00
TOTAL		RS 520.400,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com recursos resultantes de anulação de dotação nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminado a seguir:

I. Anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02-PODER EXECUTIVO		
02.09.01 – SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO		
12.122.0011.2027.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação		
Ficha 531 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-RS 20.000,00
Ficha 535 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni	Fonte 01	-RS 40.000,00
02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL		
12.361.0011.2028.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental		
Ficha 564 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-RS 40.000,00
Ficha 567 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni	Fonte 01	-RS 180.000,00
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 618 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-RS 30.000,00
Ficha 621 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni	Fonte 01	-RS 100.000,00
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA		
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil		
Ficha 654 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-RS 20.000,00
Ficha 657 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni	Fonte 01	-RS 80.000,00
02.09.09 – EDUCAÇÃO ESPECIAL – AEE		
12.367.0011.2034.0000 – Manutenção da Educação Especial – AEE		
Ficha 705 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	-RS 5.000,00
02.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER		
27.812.0021.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas		
Ficha 954 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte 01	-RS 1.000,00
Ficha 959 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	-RS 2.000,00
02.11.04 – DIVISÃO DE JUVENTUDE		
14.422.0003.2004.1492 – Manutenção dos Conselhos Municipais		
Ficha 996 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	-RS 500,00
14.422.0022.2009.0000 – Adiantamentos e Ressarcimentos de Diárias, Viagens,		
Ficha 1006 – 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições	Fonte 01	-RS 1.000,00
14.422.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 1008 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	-RS 900,00
TOTAL		-RS 520.400,00

Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.


Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 19 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.465, de 20 de outubro de 2022.

Convoca a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales, no uso de minhas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação das Ações de Políticas Públicas da Infância e Juventude/ Fortalecimento da Rede da Infância e da Juventude no Município;

Considerando o Ofício nº 55/2022- CMDCA, de 19 de outubro de 2022, solicitando a convocação da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

DECRETO:

Art. 1.º Fica convocada a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 21 de outubro de 2022, tendo como tema central: Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempo de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade.

Parágrafo único. A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, se realizará no dia 21 de outubro de 2022, terá início às 07:30 min e término às 13h00min, local Igreja Batista, Avenida Paulo Marcondes nº 951, Jardim Monterey, Jales-SP.

Art. 2.º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do Fundo Municipal de Infância e Juventude.


Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 20 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.468, 24 de outubro de 2022.

Autoriza abertura Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, para os fins que especifica.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, prevista inciso VIII, art. 4º, na Lei nº 5.284 de 14 de dezembro 2021, faço saber:

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.213,17 (três mil duzentos e treze reais e dezessete centavos), para atender convênio nº 100398/2021- Processo SDR PRC-2021-00439, para Execução de Ampliação, Reforma e Adequação da EMEI Professor Aparecido Tadeu R. Estanislau.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.09.06 – SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO</		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.470, de 25 de outubro de 2022.


Que atualiza monetariamente a Tabela de Preços Públicos.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

DECRETO:

Art. 1.º A Tabela de Preços Públicos, atualizada pelo Decreto 5.886, de 22 de outubro de 2012, passa a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2023, atualizada monetariamente em 7,19 % (sete inteiros e dezenove por cento), correspondente ao INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE acumulado no período do mês de outubro de 2022 ao mês de setembro de 2023, como segue:

DESCRIMINAÇÃO.....	VALOR EM R\$
SERVIÇO AGROPECUARIO	
I – MAQUINAS E VEICULOS – com pagamento antecipado.	
a) Guia de recolhimento para todos os itens.....	3,83
b) Caminhão – por hora.....	107,15
c) Motoniveladora – por hora.....	182,16
d) Pá carregadeira – por hora.....	117,84
e) Retroescavadeira – por hora.....	117,84
f) Trator agrícola com qualquer dos implementos abaixo – por hora.....	117,84
Obs.: Os implementos agrícolas disponíveis são os seguintes: grade aradora, grade niveladora, subsoador, terraceador, roçadeira, cultivador, distribuidor de calcário, atomizador, pulverizador de barra, pulverizador de bastão e carreta (4 rodas). O limite de hora máxima que pode ser requisitada por vez e por proprietário é de 16h, sendo que a seguir a máquina ou veículo será destinado à próxima propriedade da lista de espera. Caso não tenha pessoa cadastrada na lista de espera, pode continuar, mediante nova requisição para execução das tarefas na mesma propriedade, por mais 14h.	
II – MUDAS EM GERAL – com pagamento antecipado.	
a) Mudras nativas em tubetes.....	1,46
b) Mudras nativas em balainho.....	2,92
c) Mudras exóticas em tubete.....	0,51
d) Posta enxerto de uva em balainho – máximo de 1.000 unidades por produtor.....	2,11
e) Material vegetativo triturado – por tonelada.....	25,60
Obs.: Entende-se por mudras nativas, espécimes da flora nacional, incluindo-se as frutíferas que não sejam em escala comercial. O Viveiro Municipal não produzirá mudas de cítricos em geral e de café, face à legislação pertinente em vigor. Entende-se por mudas exóticas, aquelas que não são originárias do território nacional. É OBRIGATÓRIO A DEVOLUÇÃO DOS TUBETES AO VIVEIRO MUNICIPAL. PROPRIETÁRIOS RURAIS AUTUADOS POR ÓRGÃOS OFICIAIS É PROIBIDA A CESSÃO DE MUDAS.	
Obs.: O arranquio do tronco proveniente do corte da árvore fica às expensas do proprietário do imóvel.	
REQUISITOS BÁSICOS	
1 – As máquinas e implementos do setor agropecuários, só poderão ser requisitados pelo produtor e para trabalho na propriedade rural, mediante comprovação, não podendo em hipótese alguma atender a zona urbana, em que comprove a propriedade produtora de hortifrutigranjeiros para comercialização.	
2 – A venda ou cessão (quando autorizada pelo executivo) de mudas serão exclusivas para produtores rurais do Município de Jales que terão acompanhamento técnico gratuito e obrigatório, oferecido pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente para implantação da cultura. As mudas para plantio nos passeios públicos serão fornecidas gratuitamente.	
3 – Com referências às baías de animais, o aluguel mensal não inclui alimentação e água, cabendo a responsabilidade desta para o proprietário do animal. Com relação aos animais apreendidos, passados 15(quinze) dias da apreensão, não havendo procura, os mesmos serão leiloados e a arrecadação será doada a instituição filantrópica.	
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2.023.	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município	
Registrado e Publicado:	
REGINALDO ADESON VOTA BARRETOS Secretário Municipal de Administração	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.471, de 25 de outubro de 2022.

Que reajusta o preço dos serviços de limpeza de lote ou de área de terra a serem executados pela Prefeitura do Município de Jales.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a redação do Artigo 4.º, da Lei nº. 3.719, de 19 de março de 2010, que trata do preço a ser cobrado pela Prefeitura do Município de Jales para executar serviços de limpeza de lote ou de área de terra;

Considerando a alteração dada ao Artigo 4º da Lei nº 3.719 de 19 de março de 2010, através da Lei nº 4.073 de 26 de março de 2013, para reajustar o valor monetário desses serviços;

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado no período de outubro de 2021 a setembro de 2022, a saber: 7,19%. (sete inteiros e dezenove décimos por cento)

DECRETO:

Art. 1.º No caso dos serviços de limpeza de lote ou de área de terra serem executados pela Prefeitura Municipal fica fixado o preço de R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos), por metro quadrado.


Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADESON VOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.472, de 25 de outubro de 2022.

Que reajusta o preço por metro quadrado de área construída para a base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando a redação do Artigo 29 da Lei Complementar nº 110, de 25 de novembro de 2003 e seus parágrafos 1º e 2º;

Considerando a necessidade de correção desses valores, anualmente, através do índice inflacionário INPC do IBGE acumulado, que no período de outubro de 2021 a setembro de 2022 foi de 7,19% (sete inteiros e dezenove décimos por cento).

DECRETO:

Art. 1.º Nos serviços de construções de prédios residenciais, comerciais e industriais de alvenaria e nas construções comerciais e industriais com cobertura metálica, o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza será cobrado com base no valor da mão de obra da construção, conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal, levando-se em consideração a área construída.

§ 1º Nas construções residenciais, comerciais e industriais de alvenaria de:	
Até 100 metros quadrados (tipo econômico)	R\$ 59,99 por metro quadrado
De 100,01 a 150,00 metros quadrados	R\$ 94,22 por metro quadrado
Acima de 150,00 metros quadrados	R\$ 128,33 por metro quadrado

§ 2º Nas construções comerciais e industriais, com cobertura metálica de:

Qualquer área	R\$ 51,33 por metro quadrado
Galpão sem fechamento nas laterais	R\$ 34,23 por metro quadrado


Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADESON VOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.473, de 25 de outubro de 2022.

Atualiza as Tabelas II, III, IV, V, VI e VII, anexas ao Código Tributário Municipal.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

DECRETO:

Art. 1.º Fica atualizada as Tabelas II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Complementar nº 092 de 14 de dezembro de 2.001.

Art. 2.º O valor de atualização tem como referência o Índice Nacional de Preço ao Consumidor INPC do IBGE.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADESON VOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração

NATUREZA DA ATIVIDADE	LOCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO
I – Comércio		
Açougues		
Categoria – A.....	113,37	226,74
Categoria – B.....	90,78	181,56
Categoria – C.....	75,74	151,48
Armarinhos		
Categoria – A.....	128,55	257,10
Categoria – B.....	109,77	219,54
Categoria – C.....	90,84	181,68
Agentes e Propostos em Geral		
Categoria Única.....	64,22	128,44
Armazéns Gerais, Silos, Guarda de Móveis		
Categoria Única.....	173,05	346,10
Auto Escola – Por Carro		
Categoria Única.....	49,13	98,26
Artigos Esportivos		
Categoria – A.....	128,46	256,52
Categoria – B.....	109,52	219,04
Categoria – C.....	90,64	181,28
Bares		
Categoria – A.....	113,37	226,74
Categoria – B.....	90,98	181,96
Categoria – C.....	75,74	151,48
Boutique		
Categoria – A.....	162,75	325,50
Categoria – B.....	128,46	256,92
Categoria – C.....	113,37	226,74
Brinquedos		
Categoria – A.....	101,07	202,14
Categoria – B.....	93,64	187,28
Categoria – C.....	75,74	151,48
Botequins		
Categoria – A.....	90,61	181,22
Categoria – B.....	79,58	159,16
Categoria – C.....	64,10	128,70
Banca de Jornais e Revistas		
Categoria – A.....	64,22	128,44
Categoria – B.....	60,28	120,76
Categoria – C.....	49,13	98,26
Bilhares e Quaisquer outros Jogos de Mesa		
Categoria única.....	22,52	45,04
Bocha		
Pôr Pista.....	22,52	45,04
Barbearia por Cadeira		
Categoria – A.....	41,46	82,92
Categoria – B.....	34,03	68,06
Categoria – C.....	22,52	45,04
Charutaria		
Categoria – A.....	64,22	128,44
Categoria – B.....	60,60	121,20
Categoria – C.....	49,14	98,28
Calçados		
Categoria – A.....	222,89	445,78
Categoria – B.....	185,24	370,48
Categoria – C.....	155,05	223,40
Comércio de Adubos, Fertilizantes e Agropecuários		
Categoria – A.....	204,18	408,36
Categoria – B.....	177,84	355,68
Categoria – C.....	155,05	310,10
Cinemas e Teatros		
Categoria Única.....	222,88	445,78
Circos e Parques de Diversões e Leilões - Sede		
Por dia.....	37,87	75,74
Casas Lotéricas		
Categoria – A.....	113,38	226,36
Categoria – B.....	90,56	181,12
Categoria – C.....	75,74	151,48
Casas de Artigos de Caça e Pesca		
Categoria – A.....	136,12	272,24
Categoria – B.....	109,49	218,98
Categoria – C.....	90,86	181,72
Carpintaria e Consertos de Móveis		
Categoria – A.....	113,38	226,76
Categoria – B.....	90,61	181,52
Categoria – C.....	79,33	158,66
Casas de Móveis		
Categoria – A.....	222,88	445,76
Categoria – B.....	184,32	368,64
Categoria – C.....	113,38	226,76
Despachantes e Escritórios de Contabilidade		
Categoria – A.....	166,42	332,84
Categoria – B.....	127,51	255,02
Categoria – C.....	113,18	226,36
Depósito de Inflamáveis, Explosivos e Similares		
Categoria – A.....	113,18	226,36
Categoria – B.....	79,89	159,78
Categoria – C.....	79,33	158,66
Depósito de Bebidas		
Categoria – A.....	279,65	559,30
Categoria – B.....	247,67	491,34
Categoria – C.....	207,20	414,40
Depósitos Fechados		
Categoria – A.....	306,30	612,60
Categoria – B.....	283,27	566,54
Categoria – C.....	268,40	536,80
Empórios		
Categoria – A.....	136,12	272,24
Categoria – B.....	113,18	226,36
Categoria – C.....	91,04	182,08
Empresa Funerária		
Categoria Única.....	279,41	558,82
Eletrodoméstico		
Categoria – A.....	336,48	672,96
Categoria – B.....	306,76	613,52
Categoria – C.....	289,65	579,30
Exposição, Feiras e Quermesses		
Por dia.....	11,50	23,00
Estacionamento de Veículos		
Categoria Única.....	223,04	446,08
Estúdio Fotográfico, Cinematográfico e de Gravação		
Categoria – A.....	136,12	272,24
Categoria – B.....	113,18	226,36
Categoria – C.....	91,04	182,08
Ensino		
1 – Pré Primário.....	64,22	128,44
2 – Primário.....	86,98	173,56
3 Supletivo.....	113,18	226,36
4 – Médio.....	173,74	347,48
5 – Médio Profissional.....	200,38	400,76
6 – Superior.....	304,24	608,43
Estacionamento Bancário		
Categoria – A.....	1141,50	2.383,00
Categoria – B.....	1027,56	2055,12
Categoria – C.....	929,89	1859,78
Escola de Cabeleireiro		
Categoria – A.....	71,18	142,36
Categoria – B.....	60,38	120,76

Escola Datilografia		
Categoria – A.....	121,98	243,96
Categoria – B.....	113,37	226,74
Categoria – C.....	82,28	164,56
Escola de Música e Dança		
Categoria – A.....	135,16	270,32
Categoria B.....	113,37	226,74
Escola de Corte e Costura		
Categoria – A.....	71,86	143,72
Categoria – B.....	60,63	121,26
Farmácia		
Categoria – A.....	173,74	347,48
Categoria – B.....	147,49	294,98
Categoria – C.....	136,12	272,24
Fabricação de Lajotas e Muros de Concretos		
Categoria – A.....	223,13	446,26
Categoria – B.....	204,18	408,36
Categoria – C.....	177,59	355,18
Funilaria e Pintura		
Categoria – A.....	136,12	272,24
Categoria – B.....	113,37	226,74
Categoria – C.....	90,85	181,70
Ferragens		
Categoria – A.....	149,70	299,40
Categoria – B.....	136,94	273,88
Categoria C.....	120,74	241,68
Hospital, Sanatório, Ambul. Pronto Socorro, Casas de Saúde e Congêneres		
Categoria – A.....	346,40	692,80
Categoria – B.....	298,11	596,22
Categoria – C.....	258,00	516,00
Hotéis - por leito		
Categoria – A.....	15,18	30,36
Categoria B.....	12,28	24,56
Categoria – C.....	8,16	16,32
Categoria – D.....	5,97	11,94
Observação: Nos hotéis com fornecimento de refeições, a taxa de Fiscalização e Funcionamento, serão cobradas em dobro.		
Indústrias/ Frigoríficos		
A – Até 05 empregados.....	136,91	273,82
B – De 06 a 10 empregados.....	157,13	314,26
C – De 11 a 15 empregados.....	229,62	459,24
D – De 16 a 20 empregados.....	290,20	580,40
E – De 21 a 30 empregados.....	346,42	692,84
F – De 31 a 40 empregados.....	427,14	854,28
G – De 41 a 50 empregados.....	471,33	942,66
H – Mais de 50 empregados.....	676,32	1.352,64
Livraria e Papeteria		
Categoria – A.....	145,12	290,24
Categoria B.....	121,55	243,10
Categoria – C.....	96,85	193,70
Lanchonete		
Categoria – A.....	145,19	290,18
Categoria – B.....	136,94	273,88
Categoria – C.....	120,04	241,68
Louças		
Categoria – A.....	120,84	241,68
Categoria – B.....	112,87	225,74
Categoria – C.....	100,39	200,78
Laboratório de Análise Clínicas e Eletricidade Médica		
Categoria Única.....	185,19	370,38
Mercearia		
Categoria – A.....	145,19	290,18
Categoria – B.....	116,02	232,04
Categoria – C.....	96,85	193,70
Materiais para Construção		
Categoria – A.....	334,11	668,22
Categoria – B.....	506,64	1.013,28
Categoria – C.....	442,58	885,16
Máquina de Benefício - 1 - Café		
Categoria – A.....	774,82	1.549,64
Categoria – B.....	612,32	1.224,64
Categoria – C.....	443,37	886,74
Máquina de Benefício - 2 - Arroz		
Categoria – A.....	279,65	559,30
Categoria – B.....	223,13	446,26
Categoria – C.....	173,74	347,48
Máquina de Benefício - 3 - Algodão		
Categoria – A.....	578,32	1.156,64
Categoria – B.....	506,64	1.013,28
Categoria – C.....	411,97	823,94
Medidores de Negócio e Outros Profissionais Autônomos		
Categoria Única.....	52,07	104,24
Materiais Elétricos e Luminárias		
Categoria – A.....	173,74	347,48
Categoria – B.....	131,12	272,24
Categoria – C.....	113,37	226,74
Motéis		
Categoria Única.....	223,13	446,26
Óticas		
Categoria – A.....	173,74	347,48
Categoria – B.....	136,12	272,24
Categoria – C.....	113,37	226,74
Oficinas de Veículos Automotores		
Categoria – A.....	200,38	400,76
Categoria – B.....	177,59	355,18
Categoria – C.....	155,04	310,08
Oficinas de Consertos de Bicletas e Motocicletas		
Categoria – A.....	80,10	160,20
Categoria – B.....	71,86	143,72
Categoria – C.....	60,63	121,26
Outras Oficinas de Consertos em Geral		
Categoria – A.....	113,37	226,74
Categoria – B.....	95,15	190,30
Categoria – C.....	71,86	143,72
Pensão e Similares - por leito		
Categoria – A.....	11,50	23,00
Categoria – B.....	5,71	11,42
Padaria e Confeitaria		
Categoria – A.....	219,58	439,16
Categoria – B.....	200,38	400,76
Categoria – C.....	177,59	355,18
Profissionais Liberais sem Relação de Emprego		
Categoria Única.....	60,64	121,28
Posto de Gasolina - por Bomba		
Categoria – A.....	113,37	226,74
Categoria – B.....	95,15	190,30
Categoria – C.....	71,86	143,72
Posto de Serviços para Veículos – por Lavador		
Categoria – A.....	60,73	121,46
Categoria – B.....	49,08	98,16
Categoria – C.....	61,83	123,66
Pecas e Acessórios para Automóveis		
Categoria – A.....	200,39	400,78
Categoria – B.....	177,60	355,20
Categoria – C.....	155,07	310,14
Quaisquer Espetáculos ou Diversão não Constante desta Tabela		
Por dia.....	11,28	22,56
Representantes Comerciais Autônomos e Corretores		
Categoria Única.....	37,87	75,74
Relojoaria, Consertos de Relógios e Joias		
Categoria – A.....	177,60	355,20
Categoria – B.....	155,07	310,14
Categoria – C.....	136,13	272,26
Restaurantes		
Categoria – A.....	200,39	400,70
Categoria – B.....	177,60	355,20
Categoria – C.....	155,07	310,14
Categoria – D.....	136,13	272,26
Revenda de Veículos - Automóveis e Tratores - Em Agência		
Categoria Única.....	691,36	1.382,72
Revenda de Veículos - em garagem		
Categoria – A.....	494,83	989,66
Categoria – B.....	441,81	883,62
Categoria – C.....	336,48	672,96
Revenda de Flores		
Categoria – A.....	136,13	272,26
Categoria – B.....	113,37	226,74
Categoria – C.....	90,85	181,70
Restaurantes Boates e Similares		
Categoria Única.....	200,38	400,76
Secos e Molhados - 1 - Varejo		

Serralherias		
Categoria – A	181,04	362,08
Categoria – B	170,95	341,90
Categoria – C	149,25	298,50
Supermercados		
Categoria – A	966,83	1.933,66
Categoria – B	855,18	1.710,36
Categoria – C	640,40	1.280,00
Categoria – D	446,60	893,20
Categoria – E	364,02	728,04
Categoria – F	279,86	559,72
Categoria – G	214,77	429,54
Tipografia		
Categoria – A	178,31	356,62
Categoria – B	149,28	298,56
Categoria – C	131,03	262,06
Categoria – D	109,12	218,24
Tapeçarias		
Categoria – A	112,83	225,66
Categoria – B	87,46	174,92
Categoria – C	69,19	138,38
Tecidos e Confecções		
Categoria – A	272,91	545,82
Categoria – B	214,77	429,54
Categoria – C	140,94	281,88
Tinturarias e Lavanderias		
Categoria – A	87,46	174,92
Categoria – B	69,18	138,36
Categoria – C	50,98	101,96
Quaisquer outras atividades Industriais, Agropecuárias e Financeiras, não incluídas nesta Tabela, assim como qualquer Estabelecimentos e Pessoas Físicas ou Jurídicas de que modo permanente ou temporário prestem os serviços ou exercem as atividades constantes na lista de serviços do artigo 241 deste código.		
Categoria – A	425,82	851,64
Categoria – B	323,89	647,78
Categoria – C	269,19	538,38
Categoria – D	214,77	429,54
Categoria – E	170,95	342,90
Categoria – F	145,54	291,08
Categoria – G	123,67	247,34
Categoria – H	109,12	218,24
TABELA ANEXA N.º II		
Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial		
I – Prorrogação de Horário Especial		
a) – Até às 22:00 horas		
Por dia		36,44
Por mês		152,95
Por ano		887,36
b) – Além das 22:00 horas		
Por dia		36,44
Por mês		203,68
Por ano		2.098,25
c) – Antecipação de Horários		
Por dia		36,44
Por mês		152,92
Por ano		884,15
d) – Fornecimento de alvará para funcionamento em dias especiais – Por dia		
Categoria A		93,89
Categoria B		74,54
Categoria C		54,90
TABELA ANEXA N.º III		
Taxa de licença para Comércio Eventual ou Ambulante		
1 – Comércio Eventual – Por dia.		
a) de gêneros e Prod. alimentícios.....		22,62
b) de armarinhos e miudezas		53,55
c) de perfumarias e artigos toucador.....		53,50
d) de produtos hortifrutigranjeiros.....		22,62
e) de brinquedos e artigos para presentes.....		39,34
f) art. Plásticos, borrachas e outros.....		53,50
g) de refrigerantes.....		39,34
h) de tecidos e roupas feitas		86,97
i) de jornais e revistas.....		53,50
j) artigos carnavalescos.....		53,50
k) demais artigos permitidos.....		86,97
l) moveis e estofados em geral.....		154,59
2 – Comércio Ambulante e Feirantes		
a) Produtos Hortifrutigranjeiros		233,47
b) Produtos de alimentação		233,47
c) Frutas		233,47
d) Armarinhos e Miudezas.....		233,47
e) Tecidos e roupas feitas.....		233,47
f) Bilhetes de loterias		233,47
g) Demais artigos permitidos.....		233,47
TABELA ANEXA N.º IV		
Taxa de licença para Execução de Obras Particulares		
Natureza das Obras		
1 – Construção de:		
a) Casas de tipos populares, até 60 m2.....		isento
b) Construção de qualquer tipo, de mais de 50 até 100 m2.....		0,88
c) Construção de qualquer tipo, acima de 100 m2.....		0,96
d) Barracões e galpões, por m2 de área construída.....		0,60
Parcelamento de solo		
2 – Arruamentos		
a) até 10.000 m2		681,82
b) até 15.000 m2		846,28
c) até 20.000 m2		953,20
d) acima de 20.000 m2.....		1.343,34
3 – Loteamentos		
Será cobrada a mesma Taxa de Arruamentos, conforme tabela acima.		
4 – Quaisquer outras não especificadas nesta Tabela		
a) por metro quadrado		0,95
b) por metro linear		1,29
TABELA ANEXA N.º V		
Taxa de Licença para Publicidade		
1 - Espécie de Publicidade		
Alto-falante, rádio, vitrola e congêneres, quando permitido no interior do estabelecimento.....		17,88
2 Anúncios		
Sob a forma de cartaz ou similar, colocado no interior do estabelecimento.....		17,88
3 Letreiro, Placa ou Distico		
Metálico ou não, com indicação ou profissão, arte, ofício, comércio, indústria, nome e endereço, quando colocados na parte interna do prédio.....		17,88
4 Painel, Cartaz ou Anúncio		
Inclusive letreiros semelhantes, pintado nas partes exteriores por letreiro, placa ou distico e por ano.....		21,21
5 - Propaganda oral ou feita através de música ou alto-falante		
a) por dia		17,88
b) por mês		61,84
c) por ano		146,46
TABELA ANEXA N.º VI		
Taxa de Licença de Diversões Públicas, Alvarás de Licença para Funcionamento de:		
TABELA “A”		
1 - Bar noturno, com música em geral ou bar noturno dançante.....		143,93
2 - Discotecas e boates		159,88
3 - Clubes e Diversões.....		123,64
4 - Dança em bar ou restaurante comum, que disponha de pista de dança		123,64
5 - Teatro		50,99
6 - Cinema		50,99
7 – Jogo de Bilhar, Snooker, Bilhar Universal, Bilhar 4º Centenário, Bilhar Miniatura ou Jogo de Bilhar ou Carambola		43,56
8 - Pebolim, aparelho de jogo de futebol de mesa.....		43,56
9 - Máquinas ou aparelhos mecânicos, eletrônicos ou manuais, máquinas ou aparelhos em geral de diversões e recreação.....		63,97
10 - Bailes públicos com cobrança de ingresso.....		72,59
11 - Jogos de bocha e malhas explorados comercialmente.....		50,99
12 -Dama, Gamão, Dominó, explorados comercialmente.....		25,36
13 - Jogo de cartado permitido em associação, agremiação, clubes ou sociedade recreativa ou sociedade mista, recreativa esportiva, recreativa cultural, recreativa literária, recreativa beneficente e outras sociedades em cujo estatuto contenha finalidades recreativas.....		145,38
TABELA “B”		
1 - Audições, Bailados, canto, declamações, concertos e espetáculos públicos em geral		58,43
2 - Festas juninas em geral.....		58,43
3 - Baile em geral.....		58,43
4 - Baile Carnavalesco.....		80,98
5 - Circos e Parques de Diversões.....		58,11
6 - Exposições e Quermesses.....		58,11
7 – Leilões.....		119,48



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.474, de 25 de outubro de 2022.	
Que concede desconto para pagamento do ITU e IPTU em parcela única no exercício de 2.023, estabeleça datas para pagamento parcelado e regulamentam o disposto no artigo 6º da Lei Complementar Municipal nº 113, de 30 de dezembro de 2.003.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA , Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;	
Considerando o disposto no artigo 49 da Lei nº 1.335, de 30 de setembro de 1.983, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 115, de 28 de setembro de 2.004, que autoriza o Poder Executivo a conceder desconto de até 10% para pagamento à vista, em parcela única, dos tributos municipais e parcelar o crédito tributário em até 10 (dez) parcelas consecutivas mensais;	
Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 113, de 30 de dezembro de 2.003, que disciplina a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP estabelece no seu artigo 6º que os imóveis não ligados à rede de energia elétrica serão cobrados mediante a expedição de Carnê, a ser regulamentado por decreto;	
DECRETO:	
Art. 1.º O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2023 será pago pelo contribuinte:	
I - Em parcela única, com desconto de 10% (dez por cento), até o dia 10 de fevereiro ou;	
II - Em até 10 (dez) parcelas consecutivas, sem desconto, desde que o valor unitário das esmas não seja inferior a R\$ 15,90 (quinze reais e noventa centavos), quando será reduzida a quantidade de parcelas até satisfazer ao valor mínimo estipulado, com as seguintes datas de vencimentos:	
1º) 10 de fevereiro;	
2º) 10 de março;	
3º) 10 de abril;	
4º) 10 de maio;	
5º) 12 de junho;	
6º) 10 de julho;	
7º) 10 de agosto;	
8º) 11 de setembro;	
9º) 10 de outubro;	
10º) 10 de novembro.	
Art. 2.º A Contribuição de Iluminação Pública – CIP do exercício de 2023, cujo contribuinte não tenha imóvel ligado à rede de energia elétrica, será paga no mesmo Carnê do Imposto Territorial Urbano – ITU ou documento equivalente de cobrança bancária:	
I - Em parcela única, com desconto de 10% (dez por cento), até o dia 13 de janeiro ou;	
II - Em 12 (doze) parcelas consecutivas, sem desconto, nas seguintes datas de vencimentos:	
1º) 13 de janeiro;	
2º) 10 de fevereiro;	
3º) 10 de março;	
4º) 10 de abril;	
5º) 10 de maio;	
6º) 12 de junho;	
7º) 10 de julho;	
8º) 10 de agosto;	
9º) 11 de setembro;	
10º) 10 de outubro;	
11º) 10 de novembro.	
12º) 11 de dezembro.	
Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.023.	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município	
Registrado e Publicado:	
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS Secretário Municipal de Administração	
Decreto nº 9.475, de 25 de outubro de 2022.	
Atualiza a Tabela de Preços Públicos do Cemitério.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA , Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;	
DECRETO:	
Art. 1.º Fica aprovada a Tabela de Preços Públicos relativos a:	
DESCRIMINAÇÃO	PREÇO EM R\$
I – CEMITÉRIO	
a) Guia de recolhimento.....	5,76
b) Alvará para construção de túmulos.....	22,30
c) Alvará para reforma de túmulos.....	22,30
d) Fornecimento de placa de sepultamento.....	22,30
e) Tarifa de utilização do velório municipal.....	116,38
II – INUMACAÇÃO DE CADAVER (SEPULTAMENTO)	
a) Adultos.....	94,86
b) Menores.....	74,42
III – TERRENO EM CEMITÉRIO (PERPÉtua)	
a) Adultos.....	134,19
b) Exumação de cadáver (retirada) maior ou menor.....	77,42
c) Abertura para nova inumação.....	94,81
d) Abertura de perpétua (terra) para nova inumação.....	57,16
e) Abertura de jazigo para nova inumação.....	93,92
f) Abertura de gaveta para nova inumação.....	57,16
g) Gaveta.....	417,84
h) Carneira Simples.....	537,84
i) Carneira Duplo.....	882,55
j) Aquisição de terreno pór m2 para jazigo.....	113,62
k) Sepultura dupla vertical.....	908,32
l) Sepultura tripla vertical.....	1.348,45
m) Jazigo de seis gavetas com galeria.....	2.554,58
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município	
Registrado e Publicado:	
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS Secretário Municipal de Administração	
Decreto nº 9.476, de 25 de outubro de 2022.	
Que reajusta o valor venal dos lotes de terrenos, edificações urbanas e de expansão urbana do Município e dá outras providencias	
LUIS HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS , Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc., em especial o que dispõe a Lei Complementar nº 281, de 14 de setembro de 2017;	
DECRETO:	
Art. 1.º Fica reajustado em 7,19% (sete inteiros e dezenove por cento), o valor venal dos lotes, terrenos, edificações urbanas e de expansão urbano do município, instituído pelo artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 168, de 03 de dezembro de 2008.	
Parágrafo único: o reajuste de que trata este artigo passara a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023.	
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.023,	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município	
Registrado e Publicado:	
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS Secretário Municipal de Administração	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.476, de 25 de outubro de 2022.	
Que reajusta o valor venal dos lotes de terrenos, edificações urbanas e de expansão urbana do Município e dá outras providencias	
LUIS HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS , Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc., em especial o que dispõe a Lei Complementar nº 281, de 14 de setembro de 2017;	
DECRETO:	
Art. 1.º Fica reajustado em 7,19% (sete inteiros e dezenove por cento), o valor venal dos lotes, terrenos, edificações urbanas e de expansão urbano do município, instituído pelo artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 168, de 03 de dezembro de 2008.	
Parágrafo único: o reajuste de que trata este artigo passara a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023.	
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.023,	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município	
Registrado e Publicado:	
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS Secretário Municipal de Administração	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.477, de 25 de outubro de 2022.	
Fixa o valor do hectare do bem imóvel, para efeito de recolhimento do ITBI.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA , Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc.;	
DECRETO:	
Art. 1º Fica fixado em R\$ 26.315,61 (vinte e seis mil, trezentos e quinze reais e sessenta e um centavos) por hectare, o valor venal de bens imóveis ou direitos a eles relativos para efeito de recolhimento do ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens “INTER VIVO” no município de Jales para o exercício de 2023, de que se trata o parágrafo 3º do artigo 9.º da Lei Municipal nº 1.713/89, de 06 de março de 1989.	
Art. 2.º O valor de atualização tem como referência o Índice Nacional de Preço ao Consumidor INPC do IBGE,	
Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município	
Registrado e Publicado:	
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS Secretário Municipal de Administração	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo


Decreto nº 9.478, de 25 de outubro de 2022.	
Que atualiza o Valor de Referência de que trata o art. 372, Parágrafo Único, do Código Tributário Municipal, Lei nº 1.335, de 30 de setembro de 1983.	
LUIS HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS , Prefeito do Município de Jales, SP, no uso de minhas atribuições legais etc.;	
DECRETO:	
Art. 1.º O Valor de Referência de que trata o artigo 372, Parágrafo Único, do Código Tributário Municipal Lei nº 1.335, de 30 de setembro de 1.983, passa a ser de R\$ 260,81 (duzentos e sessenta reais e oitenta e um centavos).	
Art. 2.º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.	
LUIS HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS Prefeito do Município	
Registrado e Publicado:	
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS Secretário Municipal de Administração	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.480, de 25 de outubro de 2022.	
Vencimentos dos Carnês de ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; da Taxa de Expediente; da Taxa de Fiscalização e Funcionamento, referente ao exercício de 2023; e, dá outras providências.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA , Prefeito Municipal de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;	
DECRETO:	
Art. 1.º Os carnês de TFF - ISSQN ficam com seus vencimentos nos dias 15 de maio, 15 de junho, 17 de julho e 15 de agosto do corrente ano, o prazo para o pagamento das 04 (quatro) parcelas do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; da Taxa de Expediente; e, da Taxa de Fiscalização e Funcionamento, referente ao exercício de 2023.	
§ 1º O pagamento em parcela única com desconto de 10% (dez por cento) terá como vencimento o dia 15 de maio de 2023.	
§ 2º A prorrogação do prazo a que se refere o <i>caput</i> deste artigo, não implica direito à restituição de quantias eventualmente recolhidas.	
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA Prefeito do Município	
Registrado e Publicado:	
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS Secretário Municipal de Administração	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto n° 9.483, de 25 de outubro de 2022.

Atualiza as Tabelas I, II e III da Vigilância Sanitária.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA. Prefeito do Município de Jales–SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

DECRETO:

Art. 1.º Ficam atualizadas as Tabelas I, II e III, anexam a Lei Municipal n º 2.464/98, que instituiu a Lei de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2023.

Art. 2.º O valor de atualização tem como referência o Índice Nacional de Preço ao Consumidor INPC do IBGE.

Art. 3.º Revogadas as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 25 de outubro de 2022.


LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.485, de 27 de outubro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.468, de 27 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 40.945,01 (quarenta mil novecentos e quarenta e cinco reais e um centavo), para manutenção das despesas de diversas Secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO		
02.07.01 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		
20.608.0016.2051.0000 – MANUTENÇÃO DO ABASTECIMENTO E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		
Ficha 1173 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 02	R\$ 3.868,42
20.608.0096.1001.0000 – EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS		
Ficha 1169 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 02	R\$ 3.076,59
02.09.11 – FUNDEB		
04.122.0023.2052.0000 – Manutenção das Atividades Governamentais		
Ficha 1152 – 3.1.90.96.00 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	Fonte 02	R\$ 34.000,00
TOTAL		RS 40.945,01

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos:

I – R\$ 6.945,01 (seis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e um centavo) de excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) de anulação parcial das seguintes dotações, nos termos do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Art. 3.º - O presente Edital será coberto por recursos resultantes de anulação de dotação nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminado a seguir:

I. Anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02-PODER EXECUTIVO		
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		
23.695.0018.2010.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS		
Ficha 123 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-R\$ 50.000,00
02.04.02 – FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS		
04.122.0004.2041.0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DE BOMBEIROS – FEB		
Ficha 187 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	-R\$ 2.010,00
02.07.01 – SECRETARIA MUN. DE AGRIC., PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		
20.608.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas		
Ficha 357 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 27.000,00
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE		
12.365.0092.2045.0000 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		
Ficha 629 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	R\$ 100.000,00
Ficha 632 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 70.000,00
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA		
12.365.0092.2045.0000 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		
Ficha 668 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	R\$ 43.000,00
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0010.2035.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE		
Ficha 812 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fonte 01	R\$ 25.500,00
TOTAL		-R\$ 317.510,00

Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.488, de 27 de outubro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.467, de 27 de outubro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no Orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 520.400,00 (quinhentos e vinte mil e quatrocentos reais), para manutenção de diversas secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

2-PODER EXECUTIVO

2.05.01 – SECRETARIA MUN DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

4.123.0005.2012.0000 – Manutenção das Atividades Fazendárias e de Planejamento

Ficha 206 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte 01 R\$ 5.000,00

Ficha 211 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente Fonte 01 R\$ 15.000,00

2.06.01 – SECRETARIA MUN DE OBRAS, INFRAEST E DESENV URBANO – SMOIDU

15.451.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas

Ficha 245 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações Fonte 01 R\$ 140.000,00

2.08.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

38.244.0007.2023.0000 – Benefícios Eventuais

Ficha 475 – 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço Para Distrib. Grat. Fonte 01 R\$ 80.000,00

2.09.01 – SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO

12.122.0011.2027.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação

Ficha 534 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte 01 R\$ 20.000,00

2.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0011.2028.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental

Ficha 566 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte 01 R\$ 30.000,00

2.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE

12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil

Ficha 620 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte 01 R\$ 30.000,00

2.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA

12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil

Ficha 656 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte 01 R\$ 20.000,00

2.09.09 – EDUCAÇÃO ESPECIAL – AEE

12.367.0011.2034.0000 – Manutenção da Educação Especial – AEE

Ficha 703 – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo Fonte 01 R\$ 5.000,00

2.09.05 – ENSINO SUPERIOR

12.364.0012.2032.1161 – Manutenção do Ensino Superior

Ficha 599 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte 01 R\$ 10.000,00

2.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0010.2035.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde

Ficha 812 – 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Fonte 01 R\$ 160.000,00

2.11.02 – DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER

17.812.0012.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas


Ficha 953 – 3.3.90.39.00 – Material de Consumo Fonte 01 R\$ 5.400,00

TOTAL R\$ 520.400,00

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com recursos resultantes de anulação de dotação nos termos do artigo 43, § 1.º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminado a seguir:

I. Anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02-PODER EXECUTIVO			
02.09.01 – SECRETARIA MUN DE EDUCACAO			
12.122.0011.2027.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação			
Ficha 531 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-RS	20.000,00
Ficha 535 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni	Fonte 01	-RS	40.000,00
02.09.02 – ENSINO FUNDAMENTAL			
12.361.0011.2028.0000 – Manutenção do Ensino Fundamental			
Ficha 564 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-RS	40.000,00
Ficha 567 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni	Fonte 01	-RS	180.000,00
02.09.06 – ENSINO INFANTIL – CRECHE			
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil			
Ficha 618 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-RS	30.000,00
Ficha 621 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni	Fonte 01	-RS	100.000,00
02.09.07 – ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA			
12.365.0011.2031.0000 – Manutenção do Ensino Infantil			
Ficha 654 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 01	-RS	20.000,00
Ficha 657 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Inform e Comuni	Fonte 01	-RS	80.000,00
02.09.09 – EDUCACAO ESPECIAL – AEE			
12.367.0011.2034.0000 – Manutenção da Educação Especial – AEE			
Ficha 705 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	-RS	5.000,00
02.11.02 – DIVISAO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER			
27.812.0021.2037.0000 – Manutenção das Atividades Esportivas			
Ficha 954 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte 01	-RS	1.000,00
Ficha 959 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	-RS	2.000,00
02.11.04 – DIVISAO DE JUVENTUDE			
14.422.0003.2004.1492 – Manutenção dos Conselhos Municipais			
Ficha 996 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 01	-RS	500,00
14.422.0022.2099.0000 – Adiantamentos e Ressarcimentos de Diárias, Viagens,			
Ficha 1006 – 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições	Fonte 01	-RS	1.000,00
14.422.0096.1001.0000 – Execução de Obras e Reformas			
Ficha 1008 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	-RS	50.400,00
TOTAL			
Art. 4.º Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 2.º e 3.º deste Decreto.			
Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.			
Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 27 de outubro de 2022.			
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA			
Prefeito do Município			
Registrado e Publicado:			
REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS			
Secretário Municipal de Administração			

	
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES	
Estado de São Paulo	
Decreto nº 9.493, de 04 de novembro de 2022.	
Disciplina as ações de encerramento do exercício financeiro de 2022 para os órgãos administrativos integrantes da Administração Pública Municipal.	
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito Municipal de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;	
Considerando as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;	
Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças voltadas para a responsabilidade fiscal;	
Considerando a necessidade de normatizar os procedimentos e estabelecer um cronograma de ações necessárias para o encerramento do exercício financeiro de 2022, com vistas ao atendimento da legislação vigente;	
DECRETO:	
Art. 1.º Os procedimentos tratados nesse Decreto atendem às normas de Direito Financeiro previstas na legislação vigente e objetivam o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, e propiciam a disponibilização de informações necessárias à prestação de contas anual do exercício financeiro de 2022.	
Art. 2.º O cronograma de atividades e as datas a serem observadas na execução orçamentária, financeira e contábil estão definidos no Anexo I, parte integrante desse Decreto.	
§ 1.º Para fins de cumprimento dos prazos e das normas estabelecidas neste Decreto, fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a proceder, quando necessário, mediante prévia comunicação, o bloqueio de funcionalidades dos Sistemas Informatizados de Gestão.	
§ 2.º A não observância dos prazos dispostos no Anexo I a que se refere o caput poderá implicar na responsabilidade dos servidores encarregados das informações, ensejando apuração de responsabilidade de ordem funcional nos termos da legislação vigente.	
Art. 3.º A partir da publicação deste Decreto e até a remessa final da Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado, são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, apuração orçamentária e inventário em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.	
Art. 4.º Para fins de encerramento do exercício fica estabelecido, no Anexo I desse Decreto, o último dia para empenhamento de despesas de todas as Secretarias Municipais, para todas as fontes de recursos.	
Parágrafo Único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo às despesas:	
I – relativas à folha de pagamento e respectivas obrigações patronais;	
II – classificáveis na função 28 – Encargos Especiais;	
III – necessárias à aplicação mínima de recursos constitucionalmente vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e às Ações e Serviços Públicos de Saúde;	
IV – custeadas com recursos recebidos oriundos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, bem como as suportadas com recursos provenientes de Operações de Crédito, com receita efetivamente arrecadada;	
V – decorrentes de sentenças judiciais e respectivas custas, cujo pagamento tenha que ser efetuado até o final do exercício, na forma do art. 100 da Constituição da República;	
VI – as descritas no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;	
VII – as decorrentes de juros, encargos e amortização da dívida;	
VIII – aquelas que, em caráter excepcional, forem expressamente autorizadas pelo Ordenador de Despesa, observado o disposto no inciso II do art. 50 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.	
Art. 5.º O saldo dos recursos financeiros decorrentes de repasses ao Poder Legislativo deverá ser devolvido ao Poder Executivo até a data estabelecida no Anexo I desse Decreto.	
Parágrafo único. Transcorrida a data prevista no caput deste artigo, sem que tenha havido a devolução dos saldos, a Contabilidade efetuará o registro da inscrição do repasse diferido.	
Art. 6.º As ordens bancárias destinadas ao pagamento de despesas que devam se processar até o encerramento do exercício, independentemente da fonte de recurso, deverão ser emitidas até às 12h00m do dia 23/12/2022, com exceção do artigo 4º, Parágrafo Único.	
Art. 7.º Serão inscritas em Restos a Pagar as despesas legalmente empenhadas e também as liquidadas, considerando o limite do saldo das disponibilidades financeiras.	
Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, e para efeitos de inscrição em restos a pagar processados, serão consideradas liquidadas, ainda que pendentes de apresentação dos documentos fiscais, as despesas de competência do exercício financeiro de 2022 relacionadas a:	
I - tarifas e taxas referentes à utilização de serviços de água, esgoto, telefonia, acesso à internet, energia elétrica e serviços postais-telegráficos;	
II - despesas lastreadas em contratos de duração continuada, cujo objeto, ou parcela deste seja cumprido e atestado pela Administração Municipal até 31 de dezembro, referentes a alugueis, serviços em geral, consultorias, obras e instalações.	
Art. 8.º Para fins de inscrição dos Restos a Pagar, o montante das disponibilidades financeiras corresponderá, para cada fonte de recurso, ao somatório do saldo das contas do Ativo Circulante – Subgrupo Disponível, deduzido do total do saldo das contas do Passivo Circulante, relativas a obrigações financeiras a pagar, apurados em 31 de dezembro de 2022.	
Parágrafo Único. No cálculo das disponibilidades financeiras, serão considerados:	
a) os valores registrados no Ativo Circulante, no grupo de contas relativas às transferências voluntárias da União ou Estado;	
b) os valores relativos às parcelas de Operações de Crédito já contratadas e pendentes de liberação pela instituição financeira, necessários para assegurar o pagamento de empenhos já emitidos à conta desses recursos;	
c) o repasse diferido de que trata o parágrafo único do art. 5º, deste Decreto.	
Art. 9.º As despesas não liquidadas, que por consequência não representam obrigação líquida para a Administração Municipal, e que serão executadas no próximo exercício financeiro, terão seus empenhos cancelados, devendo os respectivos valores serem evidenciados conforme o disposto no art. 55, III, “b”, item “4”, da Lei Complementar nº 101/2000.	
Art. 10. Fica expressamente vedada a inscrição em Restos a Pagar Não-Processados de despesas empenhadas para atendimento de:	
I - adiantamentos em geral;	
II - diárias de viagem;	
III – convênios, em relação ao montante pendente de transferência.	
IV - despesas de pessoal em geral, ativo e inativo, e respectivos encargos sociais;	
V - auxílios e outros benefícios de natureza previdenciária ou assistencial;	
VI - sentenças judiciais;	
VII - indenizações e restituições de qualquer natureza;	
VIII – contribuições ao PASEP.	
Art. 11. Compete ao Secretário Municipal de Finanças, observadas as disposições anteriores, decidir e indicar ao Departamento de Contabilidade e Finanças, no prazo estabelecido no Anexo I deste Decreto, as inscrições em restos a pagar processados e não processados, bem como os casos de prescrição, anulação ou cancelamento de empenhos.	
Art. 12. Sob a coordenação da Secretaria Municipal de Fazenda, os Órgão e Unidades Orçamentárias do Poder Executivo, poderão cancelar, parcial ou integralmente, empenhos de	

restos a pagar inscritos até o exercício de 2021, não processados e ou processados somente nos seguintes casos:

- a. Empenhos não processados que mantêm saldo residual nos “restos a pagar” nos anos de 2021 e anteriores;
- b. Saldos residuais de empenhos ordinários cujos bens ou serviços não foram totalmente ou parcialmente entregues;
- c. Saldos residuais decorrentes de Termos de Parcelamento Administrativo;
- d. Empenhos cancelados por determinação Judicial;
- e. Demais empenhos de restos não processados e processados, mediante justificativa;

Parágrafo Único. Eventuais pagamentos que vierem a ser reclamados em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderão ser atendidos à conta de dotações constante da Lei Orçamentária Anual ou através de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade, sendo que o pagamento somente será efetuado após reconhecimento da dívida pelo Órgão requisitante do bem ou serviços.

Art. 13. Até o final do exercício financeiro, o responsável pelo Setor de Tesouraria deverá levantar, nas instituições financeiras que operam com o Município de Jales, todas as contas bancárias ativas e inativas vinculadas ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) administrado pelo Município, para fins de verificação e conciliação dos registros contábeis e para que se proceda à solicitação de encerramento das contas bancárias em desuso.

§1.º Todos os recursos existentes nas contas bancárias apuradas a partir do levantamento de que trata o caput deste artigo deverão estar devidamente contabilizados, inclusive os recursos de terceiros que, transitariamente, estejam em poder do Município de Jales.

§2.º Os recursos ingressados nas contas bancárias, cuja origem for desconhecida, de forma a impedir a correta classificação da receita, deverão ser registrados na conta contábil 4.9.1.1.1.01.00 – VPA Bruta a Classificar, até sua devida regularização.

Art. 14. Para fins de observância do regime de competência, bem como a observância do item 5 da NBC T 16.10, aprovada pela Resolução nº 1.137/2008, do Conselho Federal de Contabilidade, os rendimentos de aplicações financeiras do exercício financeiro de 2022, cujo valor somente possa ser conhecido após 31 de dezembro, poderão, excepcionalmente, ser registrados como receita orçamentária daquele exercício, até o dia 12 de janeiro de 2023.

§1.º No caso de registros contábeis cuja efetivação bancária ocorra apenas após o encerramento do exercício, os mesmos devem ser registrados em conciliação bancária com histórico e data de regularização.

§2.º A conciliação das contas bancárias que tiveram movimentação bancária após o dia 20 de dezembro de 2022, devem ser finalizadas até o dia 14 de janeiro de 2023.

Art. 15. Para fins de fechamento do Balanço Anual, o Departamento de Patrimônio e Almoarifado, responsável pelo inventário dos bens permanentes existentes sob guarda ou responsabilidade do Município de Jales, como também dos bens de consumo existentes no almoarifado, deverá entregar o levantamento efetuado até a data definida no Anexo I desse Decreto.

Art. 16. Deverá ser entregue à Controladoria Geral do Município, relação do inventário de bens, bem como as Declarações de Regularidade dos Inventários dos Bens em Almoarifado e do Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis, firmada pelo Diretor de Patrimônio e Almoarifado e pelos secretários municipais correspondentes.

Parágrafo único. Se na conclusão do inventário forem constatadas inconsistências ou irregularidades que venham a impossibilitar a emissão das Declarações de que trata o caput deste artigo, deve-se de imediato abrir processo administrativo de sindicância para apuração da não conformidade.

Art. 17. Após o término do exercício, podem ser pagas por dotações de Despesas de Exercícios Anteriores, quando essas devidamente reconhecidas pela autoridade competente e obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica, as seguintes despesas:

- I – não processadas em época própria, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las;
- II – de “Restos a Pagar” com prescrição interrompida; e
- III – relativas a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

§ 1.º Os empenhos e os pagamentos à conta de Despesas de Exercícios Anteriores somente podem ser realizados quando houver processo protocolado e autuado no órgão administrativo, contendo os seguintes elementos:

- I – reconhecimento expresso da dívida pela autoridade competente;
- II – manifestação fundamentada da Procuradoria Geral do Município quanto à possibilidade e legalidade da realização do pagamento reclamado, além da análise quanto à ocorrência ou não de prescrição em favor da administração municipal, nos termos do Decreto Federal nº 20.910, de 6 de Janeiro de 1932, e do Decreto-Lei Federal nº 4.597, de 19 de Agosto de 1942; e
- III – autorização expressa da autoridade competente para que se efetue o empenho e o pagamento da dívida à conta de Despesas de Exercícios Anteriores.

§ 2.º O processo administrativo que trata o § 1º deste artigo deverá ficar arquivado no arquivo geral, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 18. Fica delegada à Secretaria Municipal de Finanças competência para edição de normas complementares que julgar necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 04 de novembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
CRONOGRAMA DE AÇÕES

Procedimentos a Executar	Data Limite
Encaminhamento de pedido de créditos adicionais ao orçamento vigente.	30/11/2022
Encaminhamento de solicitações de compras.	05/12/2022
Pedidos para emissão de nota de empenho.	05/12/2022
Entrega de documentos fiscais referentes a recebimento de mercadorias e serviços.	09/12/2022
O Setor de Tesouraria encerra as correções necessárias para o fechamento das conciliações bancárias do exercício de 2022, exceto para o mês de dezembro.	15/12/2022
O Setor de Tesouraria encerra nas Instituições Financeiras todas as contas bancárias sem movimentação, sem saldo financeiro e inativas por no mínimo dois (02) anos, exceto as contas de convênios e programas ativos.	20/12/2022
Execução de lançamentos de liquidação da despesa.	23/12/2022
Emissão de ordens bancárias destinadas ao pagamento de despesas que devam se processar até o encerramento do exercício, independentemente da fonte de recurso.	23/12/2022
O Poder Legislativo devolve ao Poder Executivo os valores correspondentes às sobras de repasses não utilizados ou não comprometidos no exercício financeiro.	27/12/2022
Indicar as inscrições em restos a pagar processados e não processados, bem como os casos de prescrição, anulação ou cancelamento de empenhos.	30/12/2022
Entrega pelo Departamento de Patrimônio e Almoarifado, do relatório de conclusão dos inventários de bens e valores, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências adotadas.	06/01/2023
O Setor de Tesouraria informa ao Departamento de Contabilidade e Finanças a relação das contas bancárias encerradas nas Instituições Financeiras que ainda constam no Sistema de Informatização – Módulo Contabilidade, para sua desativação.	06/01/2023
O Departamento de Contabilidade e Finanças encerra os registros contábeis da receita referentes a dezembro/2022.	06/01/2023
O Setor de Tesouraria levanta junto às Instituições Financeiras, a relação de contas bancárias, inclusive as de aplicação e poupança, com seus respectivos saldos, em 31/12/2022 e proceder, se necessário, a compatibilização com o sistema de cadastro de contas bancárias do setor de Contabilidade.	06/01/2023
O Departamento de Arrecadação/Tributação encaminha ao Departamento de Contabilidade e Finanças:	13/01/2023
a) os valores a serem inscritos na dívida ativa tributária e não tributária do exercício de 2022, detalhados por tributo e/ou crédito;	
b) a posição final do estoque da dívida ativa em 31 de dezembro de 2022, detalhado por tributo e/ou crédito;	
c) relação das baixas da dívida ativa ocorridas no exercício de 2022.	
O Setor de Tesouraria encerra as conciliações bancárias referentes a dezembro/2022.	14/01/2022
Apuração do resultado do exercício financeiro de 2022, a partir da qual o sistema estará desabilitado para qualquer registro contábil relativo ao exercício encerrado.	31/01/2022
O Departamento de Contabilidade e Finanças emite as demonstrações contábeis da Administração Direta e as demonstrações contábeis consolidadas do exercício financeiro de 2022, compreendendo os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, a demonstração das variações patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa.	25/02/2022



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.501, de 07 de novembro de 2022.
Estabelece horário de dispensa para acompanhamento dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando que, a cada quatro anos, a disputa do Campeonato Mundial de Futebol atrai a atenção de grande parcela da população brasileira;

Considerando que todas as atividades econômicas interrompem seus expedientes para que seus colaboradores possam assistir aos jogos desse certame;

Considerando que a Administração Municipal deve adequar o horário de seu expediente a garantir o atendimento à população em geral e, concomitantemente, possibilitar a oportunidade dos servidores públicos também testemunharem o desempenho da equipe brasileira nesse evento desportivo, que este ano ocorrerá na Federação do Catar, país localizado no Oriente Médio.

DECRETO:

Art. 1.º Fica declarado nos dias úteis em que ocorrer a participação do Brasil na Copa do Mundo, que a **Federation Internationale de Football Association - FIFA** realizará na Federação do Catar no ano de 2022, o expediente em todos os órgãos e repartições da Administração Direta, indireta, Autarquias e Fundacional do Município de Jales, será da seguinte forma:

I – até às 12h, nos dias em que os jogos da Seleção Brasileira forem às 13h (**horário de Brasília**);

II – até às 15h, nos dias em que os jogos da Seleção Brasileira forem às 16h (**horário de Brasília**);

Art. 2.º O disposto no artigo anterior não se aplica nas unidades que prestam serviços essenciais e de interesse público, que tenham o funcionamento ininterrupto.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 07 de novembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADERSON VIOTA BARRETOS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

Decreto nº 9.502, de 08 de novembro de 2022.
Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.476, de 08 de novembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, Prefeito do Município de Jales-SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.,

DECRETO:

Art. 1.º Fica incluído no orçamento vigente do Município um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 350.809,00 (trezentos e cinquenta mil, oitocentos e nove reais), para manutenção das despesas de diversas Secretarias.

Art. 2.º A discriminação da despesa, o programa de trabalho de Governo e a categoria da despesa do Crédito Adicional estão constantes abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO			
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO			
23.695.0018.2010.0000 – Manutenção das Atividades Turísticas			
Ficha 128 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 01	RS	18.109,00
Ficha 1188 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 95	RS	13.000,00
Ficha 1220 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 05	RS	9.700,00
23.695.0018.2010.0000 – Manutenção das Atividades Turísticas			
Ficha 1375 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	Fonte 05	RS	46.000,00
02.04.01 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO			
04.122.00004.2011.0000 – Manutenção das Atividades Administrativa			
Ficha 1374 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 05	RS	78.000,00
02.08.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0007.2021.1321 – PSE-Proteção Social Especial - Média			
Ficha 1138 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo	Fonte 95	RS	10.000,00
08.244.0007.2053.0000 – Proteção Social Básica - PSB			
Ficha 1373 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte 05	RS	100.000,00
02.10.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0010.2036.0000 – Manutenção das Ações de Saúde (Custeio)			
Ficha 1154 – 3.3.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	Fonte 92	RS	76.000,00
TOTAL			
RS 350.809,00			

Art. 3.º O presente Crédito Adicional será coberto com os seguintes recursos

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, prefeito do Município de Jales – SP, no uso de minhas atribuições legais, etc.;

Considerando que no dia 10 de novembro de 2022, estará presente no município de Jales, a Dr^a. Marisa Ferreira dos Santos; Desembargadora Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3R.

DECRETO:

Art. 1.º Fica declarada Hóspede Oficial do Município de Jales-SP, a Dr^a. **MARISA FERREIRA DOS SANTOS**.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Valentim Paulo Viola”, 09 de novembro de 2022.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Prefeito do Município

Registrado e Publicado:

REGINALDO ADESON VIOA BARRETO
Secretário Municipal de Administração

SAÚDE

Febre Maculosa: o que é e quais os sintomas dessa doença de difícil diagnóstico e alta taxa de letalidade

De difícil diagnóstico e com alta taxa de letalidade, a febre maculosa tem preocupado as autoridades de saúde do país. Segundo a atualização mais recente do Ministério da Saúde, até 22 de setembro, 67 brasileiros tiveram a doença, dos quais 18, o equivalente a 26%, morreram. Mas, afinal, o que é a febre maculosa, quais são os seus principais sintomas e como se prevenir, diagnosticar e tratar essa doença? O Brasil 61 entrevistou a pesquisadora Elba Regina de Lemos, chefe do Laboratório de Hantavírus e Rickettsioses do Instituto Oswaldo Cruz para explicar o assunto. Confira abaixo:

- O que é a febre maculosa
- Quais os sintomas da febre maculosa
- Prevenção
- Diagnóstico
- Tratamento

O que é a febre maculosa
A febre maculosa é uma doença bacteriana, cujo agente transmissor é o carrapato. No Brasil, os principais vetores são os carrapatos do gênero Amblyomma, como o conhecido carrapato estrela. Elba explica que esses artrópodes costumam parasitar animais domésticos, como o cachorro e o cavalo, além de bichos selvagens, como a capivara.

O problema é que o carrapato estrela também gosta de sangue humano, motivo pelo qual as pessoas devem redobrar a atenção, diz a pesquisadora. “Ele parasita todas as espécies de animais, não é específico. Então, é importante que as pessoas saibam que a febre maculosa vai ser transmitida por carrapato. Na maioria das vezes, ele está na região rural. Há a importância de a gente sempre considerar que os animais soltos, principalmente cão e cavalo,

servem como transportadores de carrapato infectado”, alerta.

É importante lembrar que o carrapato é o agente que carrega a bactéria. A bactéria é a responsável pela febre maculosa. Uma vez que a pessoa é picada pelo carrapato, a bactéria causadora da doença começa a destruir as células que ficam nas paredes dos vasos sanguíneos, explica Elba. O corpo humano reage para combater a doença, o que causa os sintomas da febre maculosa.

Elba ressalta que a febre maculosa não pode ser transmitida diretamente de pessoa para pessoa. Somente por meio da picada do carrapato.

Quais são os sintomas da febre maculosa

Um dos principais sintomas, como o próprio nome da doença indica, é a febre. Mas os pacientes costumam sentir desde dor de cabeça forte, náuseas e vômitos, diarreia e dor abdominal, até dor muscular, inchaço e vermelhidão nas palmas das mãos e sola dos pés, gangrena nos dedos e orelhas, além de paralisia dos membros que começa nas pernas e sobe até os pulmões, causando parada respiratória.

Alguns sintomas, como as manchas no corpo, podem confundir a febre maculosa com outras enfermidades que têm sintomas semelhantes, como dengue, rubéola e meningite, por exemplo. A falta de conhecimento e tratamento adequado para a febre maculosa costuma ser fatal, explica Elba Regina. “É uma doença que se não for identificada precocemente, no tempo certo para iniciar o tratamento, o paciente pode evoluir para óbito. Ele vai morrer, porque a bactéria destrói toda a parede do vaso”, explica.



A febre maculosa tem uma altíssima taxa de mortalidade. Segundo a pesquisadora, pode chegar a 50%. Ou seja, metade daqueles que são acometidos pela doença acabam morrendo, diferentemente do que ocorre com a covid-19 ou mesmo a dengue, cuja letalidade é bastante inferior.

Diagnóstico

A assustadora letalidade da febre maculosa se deve mais à falta de conhecimento por parte dos profissionais de saúde e da população do que pela doença em si, afirma Elba. Em boa parte dos casos, o quadro dos pacientes evolui para a forma grave e, depois, para o óbito, por causa do diagnóstico impreciso no estágio inicial.

“É importante a gente chamar atenção porque morrer de febre maculosa é por falta de conhecimento, morrer de febre maculosa é decorrente do retardo do diagnóstico e de tratamento correto”, crava.

Ela destaca que diante de sintomas comuns para várias doenças, como febre, dor de cabeça e manchas no corpo, o médico responsável pelo primeiro atendimento do paciente deve assumir a febre maculosa como uma das possibilidades, principalmente

se a pessoa esteve em uma área rural ou teve contato com animais domésticos parasitados pelos carrapatos. “Nós tivemos casos que foram confundidos com covid: uma criança que morreu e era febre maculosa e, também, tivemos outros indivíduos, no estado do Rio de Janeiro, cujo diagnóstico foi de dengue e, no final, o indivíduo tinha a febre maculosa”, testemunha.

A pesquisadora ressalta que o diagnóstico é ofertado de forma gratuita na rede pública de saúde. Elba destaca que demorar a identificar a febre maculosa pode ser fatal para o paciente, por isso, orienta os profissionais a iniciarem o tratamento “no escuro”. “É como a gente chama o tratamento empírico. Esse é o diagnóstico inicial. Se não for febre maculosa, tira o antibiótico depois”.

Elba ressalta que o “tratamento no escuro” é importante no início porque, ao contrário de doenças como a dengue, em que já é possível saber se o diagnóstico é positivo ou negativo após o processamento da amostra de sangue, com a febre maculosa isso não funciona. Ela explica que isso ocorre porque a bactéria atinge o organismo de

uma forma que impede, ao menos nos primeiros sete dias, o corpo de produzir defesa.

“Não adianta a gente fazer sorologia para febre maculosa no momento da doença. A sorologia vai ser negativa. O que a gente tem que fazer? É a pesquisa do genoma do DNA, por meio do PCR, e a gente confirma”, recomenda. É esse exame de PCR, feito a partir de amostras de sangue do paciente, que detecta o material genético da bactéria e ajuda o profissional de saúde a ter um diagnóstico mais certo.

Tratamento

O tratamento do paciente com febre maculosa é feito com antibiótico específico. O Ministério da Saúde recomenda que o uso seja empregado por sete dias, devendo ser mantido por mais três dias depois que a febre passar. A pasta também confirma que o tratamento com antibióticos deve começar imediatamente após a suspeita clínica, sem esperar o resultado de laboratório. “É uma doença que tem um tratamento com antibiótico barato, sem resistência e que é disponível”, diz a pesquisadora do IOC.

Prevenção

Ficar longe do carrapato que transmite a bactéria causadora da febre maculosa é a melhor forma de evitar a doença. Segundo o Ministério da Saúde, algumas medidas ajudam a evitar o problema, principalmente onde há maior incidência dos carrapatos.

Confira as dicas:

- Use roupas claras para ajudar a identificar o carrapato;
- Use calças, botas e blusas com mangas compridas ao caminhar em áreas arborizadas e gramadas;
- Evite andar em locais com gra-

ma ou vegetação alta;

- Use repelentes que possuem proteção contra carrapatos;
- Realize o controle com antiparasitário nos animais domésticos;
- Retire os carrapatos (caso sejam encontrados no corpo), preferencialmente com auxílio de uma pinça (de sobrancelhas ou pinça cirúrgica auxiliar);
- Não esmague o carrapato com as unhas, pois ele pode liberar bactérias e contaminar partes do corpo com lesões;
- Quanto mais rápido retirar os carrapatos do corpo, menor será o risco de contrair a doença.

A pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz, Elba Regina, afirma que, embora as pessoas da área rural devam ter mais atenção, quem vive na cidade também deve se proteger.

“Em 2011 nós tivemos um desastre natural na região serrana. Mais de novecentas pessoas morreram, porque foi uma enchente que destruiu toda a região serrana do Rio de Janeiro. Houve o resgate de gente, mas também resgataram cães e trouxeram os cães para uma ONG aqui no Rio de Janeiro. O que aconteceu? Cinco funcionários morreram de febre maculosa, porque você trouxe cão com carrapato infectado”, lembra.

Incidência

A região Sudeste é, de longe, a que mais registrou casos de febre maculosa este ano. Foram 33, ao todo. Dos 18 óbitos, 12 foram na região, sendo 11 em São Paulo, um em Minas Gerais e um no Rio de Janeiro. O Maranhão também registrou uma morte pela doença. Outros quatro óbitos não tiveram os estados informados quanto ao local de infecção.

Fonte: Brasil 61

15 DE NOVEMBRO

Manifestantes vão às ruas no feriado para protestar contra o resultado das eleições 2022

Munidos com bandeiras do Brasil e vestidos de verde e amarelo, manifestantes apoiadores do presidente Jair Bolsonaro foram às ruas das principais cidades do país, na terça-feira (15/11). Os atos, que ocorreram durante o feriado da Proclamação da República, protestam contra o resultado das eleições de 2022, nas quais Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito o próximo presidente da República.

Além do Distrito Federal, pelo menos onze estados registraram movimentação nas ruas, entre eles Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Pará, Bahia e Mato Grosso do Sul.

Em Brasília, os manifestantes se reuniram principalmente no Setor Militar Urbano. Fernando Braga veio de Maringá, no Paraná, e se hospedou em um hotel na área central da capital. “Eu vim exclusivamente para a manifestação. Chegamos no domingo de madrugada, andamos 1.500 quilômetros de carro, 15 horas de viagem”, contou.

Outro manifestante que não quis

ser identificado pelo sobrenome foi Thiago, que partiu de Sinop, em Mato Grosso (MT), para a capital do Brasil. “Viemos lutar pela nossa causa. Para o nosso setor é muito ruim, porque ele [Lula] já demonstrou desde o começo que tem uma certa mágoa com o agronegócio, por ser um setor mais voltado para a direita”, afirmou.

No QG do Exército, no Setor Militar Urbano, se concentraram os manifestantes. Era onde estava o representante comercial Jorgival Ribeiro Nobre: “As propostas aqui são muito diversificadas, porque não há uma liderança fixa em torno disso.”

“Hoje, encontrei com gente do Pará, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Ceará. O Brasil inteiro está aqui. Tem índios e pessoas de fora também, venezuelanos e portugueses, por exemplo”, constatou Raphael Santos, empresário em Brasília.

Também houve registro de atos em Juiz de Fora (MG). As mani-



festações ocorreram em frente ao QG da cidade. O consultor Marco Gama viu a manifestação como uma expressão legítima e destacou que não houve violência.

“É uma forma de demonstrar

e exteriorizar esse sentimento de orfandade. Pude observar que o pessoal estava muito tranquilo, muito pacífico, ninguém agrediu ninguém ou xingou partido. Eu acredito que, dentro de uma de-

mocracia, isso é muito bacana”, considerou.

O advogado especialista em direito público, Fabio Tavares Sobreira, considera que as manifestações são legítimas, uma vez que

não chocam com determinações previstas no texto constitucional.

“Qualquer cidadão que prima pela lei e pelo comando de nossa constituição cidadã reconhece a legitimidade das manifestações. A própria lei, respaldada no texto constitucional dispõe que não constitui crime a manifestação crítica aos poderes constitucionais, nem mesmo a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais”, destaca.

Segundo o especialista em direito eleitoral, Alexandre Rollo, protestos com críticas ao governo não configuram crime, porém, atos violentos ou que atentem contra a democracia podem resultar em prisão.

“O limite das manifestações está na própria Constituição. As manifestações precisam ser pacíficas, e há limites também em relação ao conteúdo. A manifestação pode ocorrer, mas dependendo do que está sendo pregado, podem acontecer, por exemplo, figuras criminosas, crimes, inclusive, contra a segurança nacional”, explica.

Fonte: Brasil 61